

retrato

doBRASIL



A PROVA DO ERRO DO STF



Documento da investigação do mensalão, não divulgado pela Visanet-Cielo, a verdadeira dona dos recursos, mostra que o desvio de 73,8 milhões de reais do Banco do Brasil, tese mestra aprovada no Supremo, não existiu **p.8**



A CENA DO DRAMALHÃO

Você precisa ver de novo: está no YouTube, dia 27 de agosto, aos 47 minutos da sessão do STF: o ministro Gilmar Mendes encena o drama do desvio de dinheiro do BB! **p. 5**

**Você sabe onde fica a melhor
escola pública do Brasil?**

- São Paulo - SP
- Porto Alegre - RS
- Florianópolis - SC
- Belo Horizonte - MG
- Quixaba - PE



Escola Estadual Tomé Francisco da Silva. Prêmio de Gestão Escolar 2012.

Este ano, 9.693 escolas públicas de todo o Brasil disputaram o Prêmio de Gestão Escolar. Mas apenas uma está comemorando. A Escola Estadual Tomé Francisco da Silva, do município de Quixaba, no Sertão de Pernambuco, acaba de conquistar uma importante premiação do Conselho Nacional de Secretários de Educação, em parceria com o Ministério da Educação e com a Fundação Roberto Marinho. É o reconhecimento pela eficiência na gestão escolar e pelas práticas inovadoras na educação. O Governo do Estado, que sempre trabalhou para garantir um futuro melhor aos pernambucanos de todas as regiões, parabeniza diretores, professores, alunos e colaboradores da escola estadual que virou referência no País inteiro.

Secretaria
de Educação



PERNAMBUCO

GOVERNO DO ESTADO
O FUTURO A GENTE FAZ AGORA





FALE CONOSCO:

www.retratodobrasil.com.br

CARTAS À REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com.br
rua fidalga, 146 conj. 42
cep 05432-000 são paulo - sp

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com.br
tel. 31 | 3281 4431
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

Entre em contato com a redação
de **Retrato do Brasil**.

Dê sua sugestão, critique, opine.
Reservamo-nos o direito de editar
as mensagens recebidas para
adequá-las ao espaço disponível
ou para facilitar a compreensão.

Retrato do BRASIL é uma publicação
mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORIA MANIFESTO S.A.

PRESIDENTE
Roberto Davis
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Armando Sartori
DIRETOR EDITORIAL
Raimundo Rodrigues Pereira
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Sérgio Miranda

EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL
Raimundo Rodrigues Pereira
EDIÇÃO
Armando Sartori
SECRETÁRIO DE REDAÇÃO
Thiago Domenici
REDAÇÃO
Lia Imanishi • Sônia Mesquita • Tânia
Caliari • Téia Magalhães
EDIÇÃO DE ARTE
Pedro Ivo Sartori
REVISÃO
Silvio Lourenço [OK Linguística]
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana Castro • Flávio de Carvalho Serpa •
Laerte Silvino • Marcelo Braz • Pergentino
Mendes de Almeida • Renato Pompeu •
Sérgio Bondioni

REPRESENTANTE EM BRASÍLIA
Joaquim Barroncas

ADMINISTRAÇÃO
Neuza Gontijo • Mari Pereira • Maria
Aparecida Carvalho

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS
Global Press

5 Ponto de Vista

A ENCENAÇÃO DO MENSALÃO

Reveja a cena do ministro Gilmar Mendes construindo o chamado "maior escândalo da história da República"

8 UM ASSASSINATO SEM UM MORTO

Saíram em busca do criminoso - Pizzolato. Esqueceram-se de que o crime - o desvio de 73,8 milhões do BB - não existia [Lia Imanishi e Raimundo Rodrigues Pereira]

14 A VERDADE O ABSOLVERÁ?

Há sete anos mergulhado na documentação que recolheu para sua defesa, Pizzolato poderá ter a sua sentença revista pelo STF? [Lia Imanishi e Raimundo Rodrigues Pereira]

20 A GRANDE VITÓRIA DO PT

Lula apostou e ganhou com o candidato novo e fez o PT recuperar a prefeitura da maior cidade do País. Isso basta? [Tânia Caliari]

28 A DIVISÃO APRESSADA

Faltou uma discussão nacional e quanto ao longo prazo no debate da nova lei da distribuição das riquezas do pré-sal [Téia Magalhães]

32 DE AZEREDO A CAROLINA

Batizada com o nome da atriz Carolina Dieckmann, a nova Lei de Crimes Cibernéticos é melhor do que a Lei Azeredo [Thiago Domenici]



Divulgação

34 ESTRANHA FRUTA PRECIOSA

Strange Fruit, a história de uma canção, de sua intérprete, Billie Holiday, do racismo e do clima dos EUA dos anos 1930 [Pergentino Mendes de Almeida]

36 LIXO VALIOSO

O que já foi chamado antes de DNA lixo agora abre novos caminhos para o estudo do genoma humano [Flávio de Carvalho Serpa]

38 AS MORTES DE MARIA AUGUSTA THOMAZ

A história de uma moça que pegou em armas contra a ditadura, não temia a morte e morreu quatro vezes [Renato Pompeu]

42 DO BOTA-ABAIXO AO PAC SOCIAL

Numa história de iniciativas sem muita conexão, entenda a disposição do governo federal de valorizar as favelas do RJ [Ana Castro]

44 FASCINADO POR LENIN

Um obra sobre os principais feitos teóricos do líder da Revolução Russa de 1917 escrita por Lukács [Marcelo Braz]



Reprodução



A encenação do mensalão

Como se montou a prova do “maior escândalo da história da República”.
E porque essa “prova” é falsa e precisa ser revista pelo STF

VALE A PENA ver de novo. Está no YouTube (<http://youtu.be/-smLnl-CFJw>), nos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) do dia 29 de agosto, no julgamento do mensalão. A sessão já tinha 47 minutos. Fala o ministro Gilmar Mendes. Ele esclarece que tratará da “transferência de recursos por meio da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (CBMP)”. Diz, preliminarmente, que, a seu ver, “se cuidava” de recursos públicos. Faz, então, uma pausa. E adverte ao presidente da casa, ministro Ayres Britto, que fará um registro. De fato, é uma espécie de pronunciamento ao País.

Ele diz que todos que tivemos alguma relação com esta “notável instituição” que é o Banco do Brasil “certamente ficamos perplexos”. Lembra que o revisor, Ricardo Lewandowski, “destacou que reinava uma balbúrdia” na diretoria de *marketing* do banco e completa dizendo que parecia ser uma balbúrdia no próprio banco como um todo. A seguir, ergue a cabeça, tira os olhos do voto que lia meio apressadamente, encara seus pares. E diz cadenciadamente: “Quando eu vi os

relatos se desenvolverem, eu me perguntava, presidente: o que fizeram com o Ban-co-do-Bra-sil?”

Então, põe alguns dedos da mão esquerda sobre os lábios e explica: “Quando nós vemos que, em curtíssimas operações, em operações singelas, se tiram desta instituição 73 milhões, sabendo que não era para fazer serviço algum...” Neste ponto, parece tentar repetir o que disse e fala engolindo pedaços das palavras: “E se diz isso, inclus... [parece que ele quis dizer inclusive] não era para prestar servi [serviço, aparentemente].” E conclui, depois de pausa dramática, ao final separando as sílabas da palavra para destacá-la: “Eu fico a imaginar [...] como nós descemos na escala das de-gra-da-ções.”

RB vê a narrativa do ministro de outra forma. Foi um dramalhão, um mau teatro. Mas, a despeito do grotesco, a tese central do mensalão é exatamente a encenada pelo ministro Mendes. E só foi possível aos ministros do STF concordar com ela porque se tratou de um julgamento de exceção. Um julgamento

excepcional, feito sob regras especiais, para condenar os réus.

Esta tese diz que, sob o comando de Henrique Pizzolato, o então diretor de *marketing* e comunicação do BB, foi possível tirar, graças a uma propina que ele teria recebido, 73,8 milhões de reais para que uma trinca de quadrilhas comandadas pelo ex-chefe da Casa Civil do governo Lula, José Dirceu, comprassem deputados.

Deixaram os advogados da defesa falar por apenas uma hora em agosto. E os ministros falaram por mais de dois meses, com uma espécie de promotor público, o ministro Joaquim Barbosa, brandindo a regra de condenar por indícios, e não por provas, réus a quem foi negado um dos princípios históricos do direito penal, o da presunção da inocência.

E deu no que deu. A tese central do mensalão é tão absurda que ainda se espera que o STF possa revogá-la. Ela diz que foram desviados para o PT os tais 73,8 milhões de recursos do BB para comprar sete deputados e aprovar, ►

por exemplo, a reforma da Previdência, que todo mundo sabe ter passado com apoio da direita não governista sem precisar de um tostão para ser aprovada.

Dos autos do processo, com aproximadamente 50 mil páginas, cerca de metade é dedicada a três auditorias do BB sobre o uso do Fundo de Incentivo Visanet (FIV), do qual teriam sido roubados os tais milhões. Pois bem: em nenhuma parte, nem em uma sequer das páginas dessas gigantescas auditorias, afirma-se que houve desvio de dinheiro do banco.

Nem o BB nem a Visanet processaram Pizzolato até agora. Simplesmente porque, até agora, não se propuseram a provar que ele comandou o desvio, nem mesmo se houve o desvio. E também porque está escrito explicitamente nos autos que não era ele quem ordenava os adiantamentos de recursos para a empresa de propaganda DNA, de Marcos Valério, fazer as promoções.

O adiantamento de recursos à DNA era feito não pela diretoria que ele comandava, a Dimac, mas por um funcionário da Direv, a diretoria de varejo. Esta diretoria era, com certeza, a grande interessada na venda dos cartões, o que, aliás, fez com raro brilho, visto que o BB desbancou o Bradesco, o sócio maior da CBMP, na venda de cartões de bandeira Visa.

Nesta edição, na matéria a seguir, "Um assassinato sem um morto", *Retrato do Brasil* mostra um documento

reservado da CBMP, preparado por um grande escritório de advocacia de São Paulo para ser encaminhado à Receita Federal, no qual a companhia lista todos esses trabalhos, que confirma informações constantes das outras três auditorias do BB. Porém, acrescenta um dado essencial: mostra que a empresa tem os

Nem o Banco do Brasil nem a Visanet processaram Pizzolato até agora. Não se propuseram a provar que ele comandou o desvio nem sequer se houve o desvio

recibos e todos os comprovantes – como fotos, vídeos, cartazes, testemunhos – atestando que os serviços de promoção para a venda de cartões de bandeira Visa pelo BB foram realizados. Ou seja, que não houve o desvio.

A tese do grande desvio que criou o mensalão surgiu na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios já no

início das investigações, em meados de 2005, quando se descobriu que Henrique Pizzolato estava envolvido no esquema do "valerioduto". E ganhou forma acabada no relatório final desta comissão, entregue à Procuradoria da República em meados de abril de 2006.

O então procurador-geral Antônio Fernando de Souza, menos de uma semana depois, encaminhou a denúncia ao STF, onde ela caiu sob os cuidados do ministro Joaquim Barbosa. O que Souza fez de destaque na denúncia foi tirar da lista de indiciados feita pela CPMI, na parte que apresentava os que operavam o FIV no BB ou que poderiam ser vistos como responsáveis pelo desvio, todos os que não eram petistas. Souza – não ingenuamente, deve-se supor – retirou da lista de indiciados todos os que vinham do governo anterior, do PSDB, entre os quais o diretor de varejo, que tinha, no caso, o mesmo, ou até mais alto, nível de responsabilidade de Pizzolato. E excluiu também o novo presidente do banco, Cássio Casseb, um homem do mercado.

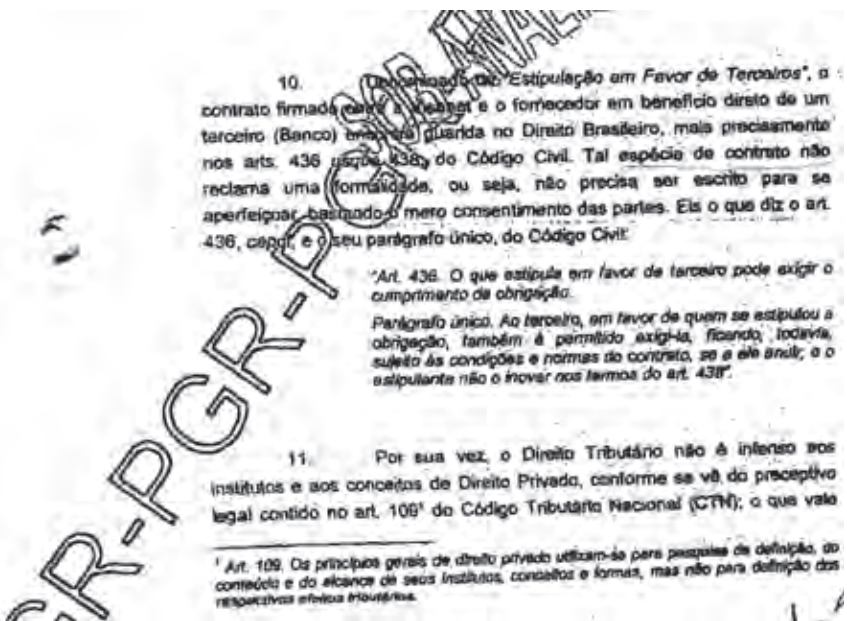
Sob a direção de Barbosa não foi realizada nenhuma nova investigação de peso e a tese do desvio de dinheiro do BB continuou sendo a peça central da armação acusatória. O delegado da Polícia Federal, Luiz Flávio Zampronha, chegou a ser mobilizado para investigar o que ainda se imaginava serem duas fontes de dinheiro possíveis para o mensalão: o dinheiro do FIV e o de empresas então dirigidas pelo financista Daniel Dantas, a Telemig, a Amazônia Celular e a Brasil Telecom, que também tinham Marcos Valério como agente publicitário.

Zampronha, tudo indica, chegou a conclusões diferentes das de Souza e de Barbosa, mas seu relatório não consta dos autos da Ação Penal 470, em julgamento no Supremo. Tanto Souza como Barbosa desqualificaram o delegado no começo de agosto, quando ele deu declarações como a de que os empréstimos dos banqueiros ao "valerioduto" de fato existiram e a de que as acusações contra José Dirceu por formação de quadrilha não passavam de figuração.

Preocupado em construir uma historinha – em torno de, como veremos no caso de Pizzolato, simplórias acusações de corrupção –, o ministro Barbosa não quis entender a estrutura jurídica do Fundo de Incentivo Visanet, sua natureza proposadamente

Não foi Pizzolato: o jurídico do BB, já em 2001, autorizava a relação informal Visanet-BB

Reprodução



confusa. A CBMP, cujo nome fantasia era Visanet e hoje é Cielo, é dirigida pela Visa Internacional, empresa com sede na Califórnia e uma gigante da era dos cartões de crédito e débito de aceitação global.

Em duas centenas de países, a Visa juntou interesses contrários localmente – como, no Brasil, os bancos de varejo Bradesco, BB, Santander – em empresas dirigidas por ela, como a CBMP, pela ambição comum de vender mais cartões de sua bandeira. A Visa dá a elas uma fração – 0,1%, um milésimo do movimento de dinheiro dos cartões – para publicidade. Em 2004, por exemplo, no Brasil, como o giro de dinheiro nos cartões Visa foi estimado em 156 bilhões de reais, a CBMP adiantou para os bancos o milésimo previsto para publicidade, 156 milhões de reais.

O dinheiro sempre sai na forma de adiantamento, para que a máquina de promover a venda de cartões não pare. A CBMP fica com 4% a 6% do dinheiro movimentado pelos cartões, tirando essa parte como comissão dos que vendem produtos ou serviços pagos pelos cartões. E assina contratos-padrão com os bancos constituidores dessas empresas locais. Nestes, permite que o banco associado escolha se quer que ela pague diretamente aos fornecedores pelos serviços de publicidade para promoção dos cartões ou se quer receber a verba para a promoção diretamente em seu orçamento, prestando contas posteriormente a ela. Como se lê na ilustração com um trecho do parecer jurídico do BB, a escolha do banco estatal foi a de não receber os recursos em seu orçamento, com o objetivo de pagar menos imposto de renda. Para tanto, não assinou contrato com a DNA para cuidar especificamente destes recursos.

Diz o texto do parecer reafirmado em 2004 e firmado inicialmente em 2001, quando o BB associou-se à CBMP e foi criado o FIV: os artigos 436-438 do Código Civil trazem a figura jurídica “Estipulação em favor de terceiros”, que permite este tipo de relação – a CBMP pagar ao fornecedor da DNA por um serviço feito por demanda do BB. O parecer afirma que não é necessária a formalização de contratos nem do BB com a DNA para esse fim específico e nem da CBMP com a DNA. O ministro Barbosa ficou cobrando de Pizzolato



Henrique Pizzolato (o primeiro à direita), depondo na CPMI dos Correios, em 2005

a inexistência desses contratos, como se Pizzolato fosse o responsável pela situação, e não a direção do BB.

A confusão estrutural, portanto, é essa: por contrato considerado o mais adequado pela direção do banco, o BB nem ficava com o controle completo da execução das operações de promoção dos cartões nem tinha interesse em apresentar seus planos de venda de cartões de maneira muito aberta, para não dar dicas de suas estratégias de *marketing* para concorrentes, como o Bradesco.

Como se viu, Barbosa não tocou nestes assuntos mais complexos. Acabou grosseiramente apresentando Pizzolato como o mandachuva do dinheiro do FIV, capaz de sacar dinheiro de lá para não fazer nada – a não ser ajudar a quadrilha do PT, como ele acha que provou. Barbosa não quis ver que, na questão do uso do FIV, a figura central do BB não era o diretor de comunicação e *marketing*, mas o diretor de varejo, interessado em vender mais cartões e, portanto, ganhar mais comissões.

O ponto de partida de Barbosa foi o fato de Pizzolato ter sido incluído na lista de recebedores de dinheiro do “valerioduto”. Pizzolato defendeu-se dizendo que apenas repassou dinheiro para o PT do Rio, coisa verossímil, visto que, como já demonstrou *RB*, esta seção do partido foi a que mais recebeu recursos do “valerioduto”, depois do publicitário Duda Mendonça.

Pizzolato foi derrotado porque o STF inverteu, para este julgamento e sob

falsas alegações, o ônus da prova. Ele é que tinha de provar que não recebeu propina. O fato de Pizzolato ter aberto seus sigilos bancário e fiscal logo que o escândalo estourou e de a Receita Federal ter feito uma devassa monumental em suas contas – especialmente para saber se ele não havia comprado o apartamento em que mora em Copacabana com a suposta propina – e não ter encontrado nada não convenceu os ministros, como se vê pelo mal informado e patético depoimento do ministro Gilmar Mendes.

Resta um porém: como os serviços de promoção dos cartões de fato foram feitos, se não houve o desvio de dinheiro do BB, como explicar a propina – a qual, aliás, o Supremo não tem prova de que Pizzolato recebeu? De última hora, um ministro do Supremo alegou, para condenar Pizzolato, que tanto era verdade que ele havia recebido o dinheiro de Valério por meio de um contínuo da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do BB, que dividiu a quantia recebida com o próprio contínuo, a quem teria dado 18 mil reais. O ministro, Dias Toffoli, talvez deslumbrado com o ânimo anticorrupção do STF, esqueceu-se de que a contribuição de Pizzolato para o contínuo – dada junto com outras pessoas para que ele reconstruísse um barraco em que morava – era de bem antes do escândalo do mensalão.

Nada a estranhar neste absurdo. Se a tese central do mensalão não tem pé nem cabeça, por que buscar coerência nos seus detalhes? ■

UM ASSASSINATO SEM UM MORTO

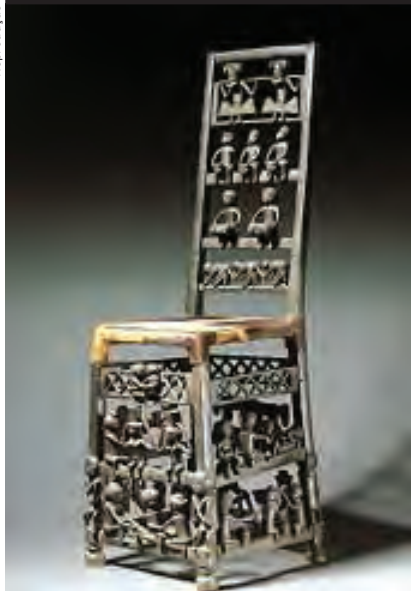
Henrique Pizzolato foi condenado no STF por um crime - ter desviado 73,8 milhões de reais do Banco do Brasil. Mas o desvio não existe. Veja a prova disso na lista publicada a seguir

por Lia Imanishi e Raimundo Rodrigues Pereira

NA IDADE MÉDIA, condenava-se uma bruxa sem precisar provar a existência material do crime. Sua confissão bastava. Com Henrique Pizzolato, ex-diretor de *marketing* e comunicação do Banco do Brasil (BB), foi pior: ele nunca confessou que tivesse desviado 73,8 milhões de reais do BB para o suposto esquema de corrupção do mensalão. Mas foi condenado por 11 votos a zero, no Supremo Tribunal Federal, por esse crime.

Cadeira africana do século XVIII, peça da exposição sobre a arte africana, 915 mil reais de patrocínio do Fundo de Incentivo Visanet, no Rio, linha 17 da tabela ao lado: o STF diz que isso não existiu

Reprodução



Foram feitas três auditorias pelo BB sobre o emprego dos recursos que o banco recebia da Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos (CBMP) para uso em promoções e publicidade para a venda de cartões de bandeira Visa – dos quais os 73,8 milhões teriam sido desviados. É certo que em todas as auditorias há indícios de irregularidades. O ministro revisor da Ação Penal do mensalão, a AP 470, Ricardo Lewandowski – que frequentemente corrigiu, para menos, a fúria condenatória do ministro relator Joaquim Barbosa – disse que a gestão dos recursos era uma balbúrdia.

Uma das auditorias, feita em 2004, quando Henrique Pizzolato ainda era diretor do BB, apontava muitas imperfeições no processo de uso dos recursos. Nessa auditoria, como nas outras duas, aparecem – algumas vezes, inclusive – variações da mesma preocupação: a gestão era ruim, a tal ponto que deixava a dúvida de saber se todos os projetos de promoção e publicidade haviam sido realizados.

A corte não se preocupou em obter as provas materiais do crime. O argumento dos ministros do STF foi o de que, em casos de gente muito poderosa, com enorme capacidade para ocultar as provas, e, especialmente, em casos de corrupção, a fim de evitar a impunidade, se deveria condenar com base nos indícios. E pobre Pizzolato: como se viu, havia indícios de irregularidades.

Mas, afinal, os projetos foram realizados? Ou não? Antes: Pizzolato

era tão poderoso assim que teria sido capaz de ocultar todas as provas concretas do desvio realizado? Jamais. Ele pediu demissão de seu cargo no BB e na diretoria da Previ, o fundo de pensão dos funcionários do banco, logo que seu nome apareceu no escândalo, em meados de 2005. Como se pode verificar na tabela que começa na página ao lado, os projetos de uso dos recursos do fundo dos quais os 73,8 milhões de reais teriam sumido eram todos, se realizados, de enorme exposição pública. Se não realizados, eram praticamente impossíveis de inventar.

Mais uma vez, pobre Pizzolato, nenhuma das instâncias com poder para tal mandou fazer essa simples prova da existência material do delito: investigar se as ações de incentivo haviam sido realizadas ou não, requisito essencial para condená-lo pelo desvio dos recursos destinados a elas. O PT, do qual Pizzolato foi um dos abnegados criadores (veja a história: “A verdade o absolverá?”, à página 14), que tinha a Presidência da República, o Ministério da Justiça e, em tese, o comando do Banco do Brasil, o abandonou como se ele fosse culpado.

A principal das três comissões parlamentares de inquérito que investigou a história, a CPMI dos Correios, presidida pelo petista Delcídio Amaral e relatada pelo peemedebista Osmar Serraglio, ambos da chamada base aliada, encomendou inúmeros inquéritos à Polícia Federal, todos eles em busca, digamos assim, dos criminosos. Nenhum em busca do “morto”. ►

A TABELA DA CBMP PARA A RECEITA FEDERAL

A ex-Visanet, hoje Cielo, diz que tem todos os comprovantes de que os eventos foram feitos

	Ano	Nota BB	Evento e documentação comprobatória	Valor em R\$ (mil)
1	2003	0833b	Marketing Cultural Brasília Music Festival; fatura dos fornecedores e imagens do evento evidenciando a exposição da marca Visa	750
2	2003	30	Marketing Esportivo Tênis Brasil Torneio Exibição; faturas da empresa Octagon	600
3	2003	48	Marketing Cultural Projeto Educativo Formação de Professores; contrato de patrocínio, notas fiscais, folheto do evento	300
4	2003	1212	Guia D – Mapa Campos de Jordão, criação de espaços Ourocard em áreas especiais da cidade; cópias do mapa, evidências da exposição	390
5	2003	1446	48ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos; relatório fotográfico dos eventos publicitários evidenciando a exposição da marca Ourocard	320
6	2003	1657	Marketing Esportivo Vôlei de Praia Shelda e Adriana; contrato de patrocínio, notas fiscais da empresa Adriana B.B.	900
7	2003	1677	Marketing Social – contratação de atletas, produção de camisetas e divulgação; faturas das empresas envolvidas; fotos da campanha	324,4
8	2003	1884	Publicidade em edifícios, relógios de hora e temperatura, painéis; faturas dos fornecedores, imagens da exposição da marca Visa	2.839,8
9	2003	1885	Mídia aeroportuária; veiculação de publicidade em aeroportos; faturas de fornecedores; documentação relativa à divulgação	2.608,7
10	2003	1898	Publicidade em edifícios, relógios de hora e temperatura, painéis; fatura dos fornecedores, comprovantes de veiculação	501,3
11	2003	1899	Publicidade em doze aeroportos de dez capitais; planos de produção, fatura dos fornecedores, comprovantes de veiculação	389,9
12	2003	2290	Mídia de apoio – Brasília Music Festival; fatura dos fornecedores, documentação relativa ao evento	605,6
13	2003	2805	Mídia avulsa – Rede Vida de Televisão; fatura dos fornecedores, plano de mídia relativo à veiculação	760
14	2003	3057	Mídia de apoio – Brasília Music Festival; fatura dos fornecedores, documentação relativa ao evento	89,7
15	2003	3058	Doação Projeto Criança Esperança; recibo da Unicef referente à doação, carta de agradecimento à doação	350
16	2003	3122	Patrocínio do XVIII Congresso dos Magistrados; contrato de patrocínio*, informativos da Associação Brasileira dos Magistrados*	200
17	2003	3163	Veiculação e produção do projeto África CBBB RJ; descrição do projeto, material publicitário do evento	915
18	2003	3580	Material de relacionamento Ourocard (kit vinho, faca para queijo); fatura do fornecedor, relatório fotográfico do material	1.493,2
19	2003	3625	Marketing cultural: “Exposições Itinerantes acervo numismático BB”; descrição do projeto, relatório fotográfico do evento	1.873,2
20	2003	3638	Marketing cultural: Filme <i>Foliar Brasil</i> ; fatura dos fornecedores, material relativo à campanha	150
21	2003	3726	Patrocínio Casa da Gávea – fatura de casa de show, contrato de patrocínio obrigando a casa a dar descontos para clientes Ourocard	200
22	2003	3749	Guia D – 450 anos de gastronomia de São Paulo; fatura do fornecedor, cópia do livro produzido expondo a marca Ourocard	500
23	2003	3786	Mídia aeroportuária e exterior – prorrogação; planos de produção, fatura dos fornecedores e comprovantes de veiculação	599,1
24	2003	3790	Mídia aeroportuária – Viracopos – Campinas; planos de produção, fatura dos fornecedores e comprovantes de veiculação	73,1
25	2003	3792	Propaganda e publicidade na revista <i>19º Prêmio Colunista Brasília 2003</i> ; fatura do fornecedor, documentação relativa à veiculação	7,8

26	2003	3804	Renovação do patrocínio da Casa Tom Brasil; fatura do fornecedor, documentação comprobatória do patrocínio	2.500
27	2003	3843	Contratação de serviço técnico especializado – Trevisan Consultores; fatura do fornecedor, proposta do serviço prestado	534
28	2003	3859	Consultoria econômico-financeira da Projeta Consultoria; fatura do fornecedor, contrato de prestação de serviços	12,6
29	2003	3899	Marketing cultural “Bibi canta Piaf”; fatura dos fornecedores, documentação relativa ao evento	40
30	2003	3903	Patrocínio Paço da Alfândega Recife; descrição do projeto, contrato de patrocínio*, documentação relativa ao evento*	1.000
31	2003	4136	Patrocínio do filme <i>Cabra Cega</i> ; material relativo ao patrocínio	150
32	2003	4196	Marketing cultural DVD “Fábrica dos Sonhos”; material relativo ao patrocínio	110
33	2003	4289	Patrocínio réveillon Rio de Janeiro; descrição do projeto, evidências do evento com exposição da marca Visa	637,7
34	2003	4380	Patrocínio a eventos de incentivo à venda de cartões - Programa Superação 2003; regulamento e lista dos funcionários contemplados	1.200
35	2003	4562	“Parada 450 anos de São Paulo” – patrocínio, ações promocionais e apresentações “Pia Fraus 1”; faturas e material relativo ao evento	600
36	2003	4570	Espetáculo teatral “Despertando para sonhar”; faturas e fotos do evento, matéria de jornal	50
37	2003	7540	Casa da Beleza “Ações Promocionais”; descrição do projeto, evidências do evento (fotos e matérias de jornais e revistas)*	49,3
38	2003	nihil	TV Globo – campanha Ourocard Gestos Dia dos Pais; fatura dos fornecedores, plano de mídia	870,7
39	2003	nihil	Mídia Shopping – campanha Ourocard Gestos; fatura dos fornecedores, planos de mídia, material relativo à veiculação	350
40	2003	nihil	TV Globo – campanha Ourocard Gestos – Dia das Crianças; fatura dos fornecedores, plano de mídia	1.832,4
41	2003	nihil	TV Globo – campanha Ourocard Gestos – Natal; fatura dos fornecedores, plano de mídia	710,7
42	2003	nihil	Marketing cultural IV Festival de Teatro de Bonecos de Brasília; descrição do projeto, documentação relativa ao evento*	52,5
43	2003	LC** 06705	Patrocínio do Brasil Open 2003; nota fiscal de serviços do fornecedor, material relativo ao evento, contrato de patrocínio	3.000
44	2003	LC** 10713	Premiação da campanha “Superação 2003”; nota fiscal da BB Turismo Ltda., regulamento, relação de funcionários contemplados	861,5
45	2003	LC** 17232	Serviços de tecnologia para desenvolvimento de sistemas; nota fiscal do fornecedor, contrato de prestação de serviços, relatório	500,6
46	2003	LC** 11140	Patrocínio Vila Ourocard – promoção e aquisição de brindes; nota fiscal do fornecedor, fotos de jornais e revistas falando sobre o evento	500
47	2003	LC** 20176	Evento para clientes corporate e empresarial na Casa Tom Brasil; fatura do fornecedor, documentação comprobatória do evento	400
48	2004	783	Patrocínio do livro de registro da festa 450 anos de São Paulo; fatura da TV Editorial, estimativa de custos, cópia do livro produzido*	315
49	2004	785	“Embaixadores olímpicos”; faturas relativas a viagens dos atletas e a produção de camisetas, planilha de custos de contratação de atletas	891,9
50	2004	981	Patrocínio do livro <i>O espírito e o sentimento da arte</i> ; estimativa de custos DNA, comprovação de patrocínio	15,9
51	2004	1016	Mídia aeroportuária; fatura de emissão dos fornecedores, planos de mídia, comprovantes de veiculação	1.629,2
52	2004	1017	Mídia em outdoors, relógios de temperatura, abrigos de ônibus e busdoors; fatura dos fornecedores, comprovantes de veiculação	1.864,7
53	2004	1141	Patrocínio do evento “Antes, as histórias da pré-história”; faturas da empresa Fazer Arte, material publicitário	2.000
54	2004	1170	Patrocínio do programa de rádio “Em boa companhia”; fatura do fornecedor, comprovantes da veiculação	2.900

55	2004	1243	Campanha Visa Electron Pré-Datado; fatura dos fornecedores, plano de mídia, comprovantes de veiculação em jornais, rádio, TV e outros	2.875
56	2004	1734	Patrocínio do 12º Anima Mundi; notas fiscais da patrocinada (Idea), contrato de patrocínio, evidências de realização do evento*	230
57	2004	1934	Patrocínio da exposição "Do neoclassicismo ao impressionismo"; recibos, contrato de patrocínio com a Artviva Produção Cultural	420
58	2004	1969	Projeto Som na Casa da Gávea; faturas da casa de shows, evidências da realização do evento (cartazes e material publicitário)	86,6
59	2004	1378	Campanha Visa Alavancagem de vendas no varejo; lista dos funcionários que participaram de treinamento, material do evento	172
60	2004	1709	Patrocínio da exposição "Eduardo Sued"; descrição do projeto, contrato de patrocínio, evidências da realização do evento*	350,4
61	2004	1684	Seminário sobre Turismo da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; fatura da BBTur*	10
62	2004	1261	Projeto Agência Carta Maior – Boletim diário de imprensa, internet; plano de mídia, nota fiscal do agente de veiculação	570
63	2004	1263	Publicidade na Rede 21; plano de mídia, nota fiscal do agente de veiculação	798
64	2004	1264	Publicidade na Rede TV – TV CUT; plano de mídia, nota fiscal do agente de veiculação	280,7
65	2004	1345	Pesquisa de lançamento do cartão de crédito Banco Popular do Brasil; fatura relativa aos serviços, relatório interno sobre pesquisa	125
66	2004	2076	Mídia aeroportuária; fatura dos fornecedores, planos de mídia e fotos das campanhas	1.146,9
67	2004	2082	Mídia exterior (outdoors, abrigos de ônibus, busdoors etc); faturas dos fornecedores, planos de mídia e fotos das campanhas	2.829,9
68	2004	2193	Projeto "Tênis Brasil Espetacular"; fatura da Octagon referente ao projeto	800
69	2004	2248	Campanha "Isto É Cinema"; recibos da Editora Três, material relativo à campanha (revistas, DVDs e material publicitário)	2.100
70	2004	2255	Festival Internacional de Cinema de Brasília; fatura dos fornecedores, documentação relativa ao evento	700
71	2004	2353	Estratégia de mídia – produção de folders; fatura dos fornecedores, exemplar do material produzido	47,1
72	2004	2372	Show de Zezé de Camargo e Luciano na churrascaria Porcão; documentação relativa ao evento, lista das agências contempladas	73,5
73	2004	2429	Patrocínio dos 52º Jogos Universitários Brasileiros; faturas da BBTur, evidências da realização do evento*	200
74	2004	2469	Complemento Registro festa 450 anos de São Paulo; fatura da TV Editorial, cópia do livro produzido*	9,1
75	2004	2524	35º Festival de Inverno de Campos do Jordão; fatura dos fornecedores, relatório fotográfico do evento	350
76	2004	2566	Patrocínio do Bloco Maria Fumaça ; recibo referente ao patrocínio, evidências do evento (cartazes e material publicitário)	70
77	2004	2749	Contratação da Trevisan Consultoria; faturas da Trevisan, proposta de serviço técnico relativo ao mercado de eventos	462
78	2004	2844	Patrocínio da exposição "Antoni Tapiés"; evidências do patrocínio na exposição (cartazes e material publicitário)	500
79	2004	3165	Mídia aeroportuária e exterior; planos de mídia, fatura dos fornecedores, comprovantes de veiculação (TV, cinema, rádio etc.)	11.500
80	2004	3647	Circuito Cultural Banco do Brasil 2004; fatura dos fornecedores, evidências do evento	206,5
81	2004	3690	Circuito Cultural Banco do Brasil Etapa Belo Horizonte; fatura dos fornecedores, evidências do evento	188,7
82	2004	3745	Circuito Cultural Banco do Brasil Etapa Porto Alegre; fatura dos fornecedores, evidências do evento	184,7
83	2004	3827	Programa de rádio "Em boa companhia"; fatura dos fornecedores, planos de veiculação e textos de veiculação no rádio	1.740

84	2004	3839	Previ – Encontro de conselheiros de administração e fiscal; fatura dos fornecedores, evidências do evento (relatório fotográfico)	19,7
85	2004	3958	Circuito Cultural Banco do Brasil Etapa Porto Alegre; fatura dos fornecedores, evidências do evento	221,1
86	2004	4072	Circuito Cultural Banco do Brasil Etapa Joinville; fatura dos fornecedores, evidências da realização do evento	268,5
87	2004	4088	Cota de patrocínio Holiday on Ice Super; recibo da cota de patrocínio, contrato de patrocínio	20
88	2004	4120	Cota de patrocínio da 69ª Reunião da Associação de Ex-Alunos da Universidade de Viçosa; recibo e documentação comprobatória	50
89	2004	4230	Circuito Cultural Banco do Brasil Etapa Manaus; fatura de fornecedores, evidências da realização do evento	488,1
90	2004	4261	Patrocínio Livro Brinde Culinária; descrição do projeto, cópia do livro	311,8
91	2004	4297	Previ – Encontro de conselheiros de administração e fiscal; fatura dos fornecedores, relatório fotográfico do evento	115,5
92	2004	4326	Campanha de lançamento do cartão BB Crédito Pronto; fatura de fornecedores, exemplar de material de campanha	119,9
93	2004	4336	“Embaixadores Olímpicos – Giovane Gávio”; fatura de fornecedores, contrato de patrocínio, relatório fotográfico e matérias de jornais	466,2
94	2004	4351	“Embaixadores Olímpicos – Carlão, Paulão e Pampa”; fatura de fornecedores, contrato de patrocínio, fotos e matérias de jornais	120
95	2004	4561	Prorrogação de patrocínio – Vôlei de Praia Adriana e Shelda; nota fiscal da empresa Adriana B.B., contrato de patrocínio	100
96	2004	4611	Patrocínio da “Festa Pré-Caju”; recibos referentes ao patrocínio, relatório fotográfico do evento	200
97	2004	4762	Evento “Círio de Nazaré”; fatura de fornecedores, documentação comprobatória do evento	80
98	2004	5030	Campanha de ativação cartão Ourocard Visa – Pesquisas; fatura dos fornecedores, plano de mídia	114,4
99	2004	nihil	Veiculação de publicidade na revista <i>Investidor Institucional</i> ; fatura do fornecedor, plano de mídia	17,3

* Sem exposição ou menção à marca Ourocard ou Visa

** Lançamento contábil - o número da tabela é precedido, no documento, pelos números 51000

Nihil: Falta o número no documento original

Nota da redação: a soma do valor dos eventos de 2003 e 2004 que, segundo o STF, não teriam sido feitos e cujo valor teria sido desviado é de R\$ 73,8 milhões. A lista de eventos apresentada pela Visanet soma R\$ 74,1 milhões. A diferença pode ser atribuída ao fato de um ou outro evento passar do orçamento de um ano para o outro.

Na Justiça, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, mal recebeu, em abril de 2006, as grandiosas conclusões da CPMI, de que teria sido cometido um dos maiores crimes da história política do País, graças ao desvio de dinheiro do BB, fez apenas uma depuração política nas conclusões, para deixar somente petistas na lista dos indiciados (confira o “Ponto de Vista”, à página 5). E abriu o inquérito 2245, que seria presidido – em nome do STF, visto que as investigações envolviam pessoas com foro privilegiado – pelo ministro Joaquim Barbosa.

Tanto o procurador-geral Souza como o ministro Barbosa viram a complexidade do problema e não quiseram encará-lo, fazendo simplesmente uma investigação policial, de campo, e não só de documentos, para saber se os serviços haviam sido realizados.

Os dois se depararam, concretamente, com os advogados da CBMP, dona e gestora – formalmente, por contrato – dos recursos que teriam sido desviados. Desde o início do ano, o procurador-geral Souza tentava obter da companhia os papéis originais das prestações de contas feitas pela agência de publicidade DNA, de Marcos Valério, a respeito dos serviços, seus e de fornecedores contratados para fazer os trabalhos de promoção para a venda dos cartões, mas a CBMP resistia.

No dia 30 de junho de 2006, Barbosa autorizou a busca e apreensão de documentos da CBMP. A empresa apelou à presidência do STF. Mas a então presidente, Ellen Gracie, reafirmou a busca, feita em julho. Houve petições dos advogados da companhia para que fossem devolvidos documentos protegidos pelo princípio da inviolabilidade das relações advogados-clientes. Os documentos que ficaram foram encaminhados ao Instituto Nacional de Criminalística.

Àquela altura, Barbosa tinha amplas condições de entender o problema. Ele poderia ter visto – se é que não viu – o material que nos permitiu construir a tabela desta reportagem, do final de 2006, de um dos maiores escritórios de advocacia do País a serviço da CBMP, que argumentou, a fim de evitar o pagamento de impostos

indevidos pela companhia, terem sido todas as ações de incentivo realizadas. E observou, apenas, que algumas podem ter sido realizadas sem promover especificamente os cartões da bandeira Visa, que era o essencial para a CBMP, uma empresa controlada pela Visa Internacional, parte do oligopólio internacional dos cartões de crédito e débito de uso global.

Barbosa e o procurador-geral tiveram toda a condição de entender a estranha forma de funcionamento do Fundo de Incentivo Visanet: a CBMP pagava os serviços de promoção dos cartões por meio da DNA, serviços esses programados pelo BB, sem que existissem contratos entre a CBMP e a DNA, nem entre o BB e a DNA, para operação desses recursos específicos. Nos autos existe um parecer jurídico do BB que considera perfeitamente legal essa engenharia jurídica. Ela foi

Lewandowski poderia repetir: a acusação não foi provada. O STF votou com a faca no pescoço

construída desde 2001 pelo banco estatal e a empresa de cartões multinacional e seus outros sócios. Sobre ela, é óbvio, Pizzolato não teve a menor influência.

Barbosa e Souza não viram nos autos, ou não quiseram ver, também, que as vendas de cartões de bandeira Visa no BB eram atribuição essencial da diretoria de varejo (Direv), sendo que o funcionário que autorizava formalmente as ordens de serviço de promoções dos cartões a serem pagas pela CBMP era indicado pelo diretor da Direv.

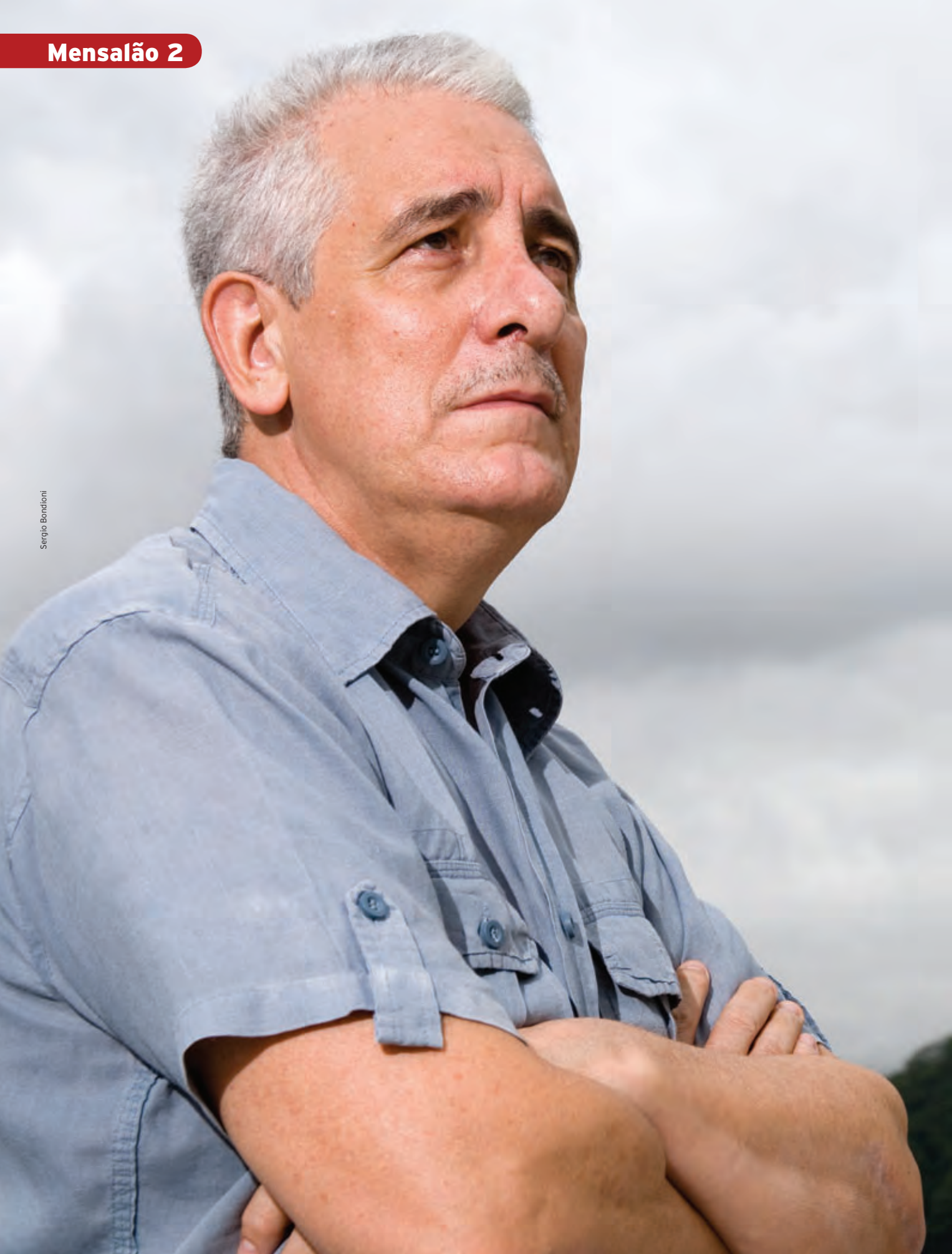
No encaminhamento da denúncia aceita pelo STF em agosto de 2007, no entanto, Souza cometeu dois absurdos: 1) garantiu que o desvio de dinheiro do BB havia ocorrido, sem ter feito a prova contrária, muito simples, de verificar os abundantes comprovantes de realização dos ser-



Todo mundo viu: Shelda e Adriana, promovendo as marcas Visa e Ourocard, patrocínio do Fundo de Incentivo Visanet, linha 6 da tabela, 900 mil reais. O STF diz que isso não existiu

viços de promoção; e 2) disse que o laudo 2828, do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, que examinara a documentação e ao qual ele fizera as perguntas consideradas essenciais para esclarecer o caso, havia afirmado que Pizzolato e seu então chefe, Luiz Gushiken, secretário de Comunicação do governo Lula, eram os principais responsáveis pelo desvio – no entanto, no laudo 2828 os nomes de Gushiken e Pizzolato nem sequer foram citados.

O ministro Barbosa, ao defender a aceitação da denúncia que afinal criou a Ação Penal 470, também evitou todos os problemas estruturais que precisavam ser compreendidos para se contar efetivamente ao plenário do STF a história. Como ele mesmo disse, fez uma historinha. Reorganizou a denúncia do procurador-geral para destacar, em primeiro lugar, duas supostas ações de corrupção de petistas, a de João Paulo Cunha e a de Henrique Pizzolato. Essas historinhas, para a mídia mais conservadora, caíram como o queijo no macarrão. Como disse o ministro Ricardo Lewandowski nos dias da votação da aceitação da denúncia em 2007, e que poderia ter repetido agora: “A imprensa acuou o Supremo. Não ficou suficientemente comprovada a acusação. Todo mundo votou com a faca no pescoço.” ■



A VERDADE O ABSOLVERÁ?

Henrique Pizzolato – na foto, na sacada de seu apartamento em Copacabana – está há sete anos mergulhado na documentação que recolheu para sua defesa. Ela é profunda e coerente. Poderá levar à revisão de sua sentença?

por Lia Imanishi e Raimundo Rodrigues Pereira

O APARTAMENTO EM Copacabana onde mora Henrique Pizzolato, ex-diretor de *marketing* e comunicação do Banco do Brasil (BB), tem uma sacada da qual, em dias sem nuvens, se pode ver o Corcovado e o Cristo Redentor. Mas Pizzolato não curte muito a paisagem. De modo geral, é introspectivo, olha como se fosse para dentro de si ou para o passado. E a história do imóvel é parte de sua tragédia.

Pizzolato comprou o apartamento no começo de 2004, cerca de um mês depois de ter, segundo conta, repassado, a pedido do publicitário mineiro Marcos Valério, um pacote para o dire-

tório estadual do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Valério disse que o pacote conteria exatos 326.660,67 reais. Os jornais da época entrevistaram a vendedora do apartamento e descobriram que Pizzolato o comprou por 400 mil reais. E sugeriram então que o imóvel teria sido pago basicamente com o dinheiro enviado por Valério.

Em setembro deste ano, por unanimidade, os 11 juízes do Supremo Tribunal Federal condenaram Pizzolato sob o argumento, entre outros, de que o dinheiro que Valério alegou estar contido no pacote seria a propina que ele recebeu por ►

Resumindo a devassa feita pela Receita Federal: Pizzolato descontava da renda tributável a mesada da madrasta que o criou desde os nove anos

ter desviado 73,8 milhões de reais do BB para o esquema corrupto do mensalão. A conclusão seria óbvia: com a propina, Pizzolato comprou o apartamento.

No julgamento, no entanto, nenhum dos juízes mencionou a história da compra do apartamento. Por que não? *Retrato do Brasil* já sabe, como demonstrou no artigo anterior desta edição, que o suposto desvio de 73,8 milhões de reais do BB para o esquema do mensalão não existiu. A propina, então, também não existiu? – *RB* pergunta. É segunda-feira, 5 de novembro. Pizzolato é um homem metódico, organizado. Em dois minutos vai ao seu escritório e volta para a sala com uma pasta na qual está a conclusão de uma devassa feita pela Receita Federal em suas contas logo após o estouro do escândalo do mensalão, abrangendo todos os seus rendimentos, aplicações

e bens obtidos nos 20 anos até aquela data, em meados de 2005.

Foram encontrados, segundo a Receita, três erros em suas declarações dessas duas décadas: uma no aluguel de um imóvel, outra no valor de uma “contribuição de melhoria” relativa a um terreno também de sua propriedade e a terceira quanto ao fato de ele ter contabilizado como sua dependente a madrasta que o criou desde os seus nove anos. Em resumo, em números redondos: total da dívida com o IR pelos erros encontrados, 5 mil reais; multa, mais 3 mil reais; juros sobre a soma das duas parcelas anteriores ao longo do período transcorrido entre a data do pagamento e as infrações, 7 mil reais; total, pago por Pizzolato à Receita no dia 29 de dezembro do ano passado, 15 mil reais.

Pizzolato e sua mulher, Andrea – ele, catarinense; ela, gaúcha – são gente sim-

ples, não têm carro, tiveram oito imóveis, venderam a metade deles, os de menor valor, para pagar um primeiro advogado. E o bem maior que têm hoje é o apartamento de Copacabana, de cerca de 150 metros quadrados. Os dois são arquitetos. Compraram o apartamento e o reformaram completamente, organizando-o em torno de uma sala ampla e agradável, com saída para uma sacada, na qual Andrea, fumante há anos, faz suas incursões periódicas.

Não têm filhos. No apartamento, moram também dois amigos, um casal com uma bebê, o que anima o ambiente e ajuda reduzir as despesas *per capita*. Pizzolato e Andrea se conheceram em São Leopoldo (RS), onde cursaram arquitetura. Na época, ficaram famosos graças a um trabalho de faculdade. O professor pediu que projetassem

Pizzolato foi basicamente um sindicalista pela CUT, em Toledo, em Curitiba; em Brasília, como representante dos funcionários do BB. Mas teve também um início de carreira na política. Foi candidato a vereador, a prefeito, a governador. Para marcar posição, tornar o PT conhecido, buscar os primeiros votos. Na foto, com Lula, em 1990, quando foi candidato a governador do Paraná.



Reprodução

um condomínio de classe média num terreno vazio da cidade. Eles sugeriram, como alternativa, uma “comuna”, para migrantes que tinham se apossado de um terreno, inundado durante parte do ano. O projeto era vanguardista: previa o aproveitamento de água das chuvas, o uso de energia solar, tetos com plantas, cozinhas comunitárias, ausência de muros internos. Deram palestras sobre o assunto em outras universidades e se tornaram relativamente conhecidos.

Depois da faculdade, foram para Toledo, interior do Paraná, cidade cuja economia gira em torno da Sadia, a grande produtora de carnes e derivados, levados pelas propostas da Pastoral Operária. Foram da turma que criou sindicatos e o Partido dos Trabalhadores na região, junto com pessoas como os atuais ministros do governo Dilma, Paulo Bernardo e Gilberto Carvalho. Pizzolato foi presidente do sindicato dos bancários de Toledo e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Paraná. Pizzolato se aposentou quando se demitiu da diretoria do BB e da Previ, logo após o escândalo do mensalão, com 31 anos de banco. Era, talvez, o bancário mais conhecido no País. Na primeira eleição direta entre os funcionários do BB para eleger um representante no conselho de administração do banco, em 1993, teve 53 mil votos, mais que a soma de votos de todos os outros dez candidatos, escolhidos em prévias nas várias regiões do País.

No cargo até 1996, tinha um gabinete na sede do banco em Brasília. Mas não parava por lá. Viajou pelo Brasil inteiro. Estima ter passado por agências do banco em cerca de 3 mil municípios, em apoio à campanha contra a fome impulsionada pelo famoso Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho, e sua Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida, apoiada no governo, pelo BB e pela criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

Depois, foi eleito diretor da Previ, fundo de pensão dos funcionários do BB. Nessa condição foi nomeado para o Conselho de Administração da Brasil Telecom, na qual a Previ tinha parte do negócio. Lá conheceu Cássio Casseb, que era, também, conselheiro da empresa – indicado pela Telecom Italia Movel (TIM). Por sugestão do então ministro Antônio Palocci, para quem os mercados não gostariam da nomeação de um petista para a presidência do banco, como contou a *RB* um alto dirigente do PT,

Casseb, um nome do mercado, ex-diretor do Citibank, foi nomeado presidente do BB. Foi ele quem convidou Pizzolato para assumir a Diretoria de *Marketing* e Comunicação (Dimac).

Pizzolato assumiu em 17 de fevereiro de 2003. Dias antes, o conselho diretor do BB tinha aprovado a renovação do contrato do banco com a DNA, a empresa de Marcos Valério, para prestar serviços de publicidade e promoção na área de varejo. Duas outras agências trabalhavam para o BB na época, a Lowe e a D+, também especializadas, para as outras duas áreas de negócios do banco: a das contas de governos e a das de empresas.

Durante o julgamento, o ministro-reitor Barbosa insistiu que Pizzolato era o principal e único responsável pelo desvio, para um esquema de corrupção petista, de recursos do fundo de incentivos Visanet para a promoção da venda de cartões de bandeira Visa pelo BB, que é a tese central do mensalão. E detalhou esta acusação em vários aspectos. Um deles: Pizzolato não havia respeitado as competências definidas pelo banco para ordenar os serviços da DNA na promoção dos cartões.

Barbosa, a rigor, escolheu Pizzolato como bode expiatório de um problema que de fato existia. Mas não fora criado por Pizzolato. E, além do mais, o próprio Pizzolato estava tentando ajudar a resolver esse problema desde que assumiu a diretoria do banco e, já em maio, uma auditoria identificou a necessidade de se aumentar o controle sobre o uso dos recursos da Visanet.

“Levei quase um ano trabalhando nisso lá dentro, junto com a diretoria de Organização, Controle e Estratégia, que apontou o que poderíamos melhorar. Em julho de 2004, já conseguimos mudanças. A partir dali, a DNA passou a ter que mandar relatórios mensais. Todo o trabalho foi para dar maior eficiência ao gerenciamento dos recursos. Em novembro de 2003, o Conselho Diretor do banco aprovou alguns aperfeiçoamentos na Dimac. Implantados esses novos procedimentos, começamos a trabalhar em várias áreas, e a dos recursos da Visanet foi uma”, diz Pizzolato.

A maior das três auditorias internas do BB sobre o uso dos recursos desse fundo, feita por 20 auditores em quatro meses no segundo semestre de 2005, aborda o problema das competências da gestão de recursos do fundo de incentivos Visanet. Mas o faz de modo mais amplo que o usado por Barbosa ao tentar

incriminar Pizzolato. Diz que, desde o início do funcionamento do Fundo de Incentivo Visanet (FIV), nome oficial do fundo de onde vinham os recursos para a promoção da venda e uso dos cartões, havia um problema com a questão das competências.

No item 6.4.10 do relatório da auditoria está escrito: “As normas internas sobre competências e alçadas, no período de 2001 a meados de 2004, não continham referência específica quanto às instâncias decisórias para aprovação, no âmbito do Banco, da utilização dos recursos do Fundo de Incentivo Visanet.” A seguir, no item 6.4.10.1, o relatório da auditoria diz: “As primeiras referências formais relacionadas ao assunto ‘competências e alçadas’ localizadas constam no anexo nº 3 à Nota Dimac 2004-2708, de 19.07.2004, que trata do ‘Fluxo de registro dos processos e utilização do Fundo’, aprovada pelo Comitê de Administração da Dimac em 21.07.2004.”

Como se vê pela sua data e origem, essa nota foi elaborada pela Dimac, na gestão de Pizzolato, para aumentar o controle do uso dos recursos do fundo Visanet, como ele explicou a *RB*. Ela impunha, quando do uso de recursos de terceiros – no caso, os recursos do FIV obtidos da CBMP-Visanet –, as mesmas competências e alçadas praticadas pelo banco no caso de recursos próprios, de seu orçamento.

A auditoria também mostra que vinha havendo uma pequena melhoria na observância dessas normas já no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, e que após a intervenção de Pizzolato, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma grande melhoria. Vejamos: em 2001, 54,76% das ações de incentivo ao uso do cartão Visa foram feitas com inobservância de alçada; em 2002, 20,53%; em 2003, 21,59%; mas em 2004, apenas 7,20%. A auditoria citada ainda conclui: “Os eventos realizados em 2005 têm seus processos melhor instruídos, refletindo o resultado dos aprimoramentos que vêm sendo implementados a partir de meados do segundo semestre de 2004, existindo, porém, oportunidade de melhorias para aprimorar procedimentos.”

Durante o julgamento, Barbosa disse, também, que os gerentes-executivos da diretoria de *marketing* eram subordinados a Pizzolato. A acusação tem o objetivo de afirmar que Pizzolato era muito poderoso e que, embora esses gerentes ►

Danevita disse ser do BB e que teria se recusado a assinar uma campanha falsa de R\$ 60 milhões. Mas não era do BB nem poderia haver campanha nesse montante

assinassem as notas de serviço para uso do FIV, era ele quem mandava. Pizzolato não tinha competência para demitir um gerente-executivo. De fato, eles só podiam ser substituídos por ordem do presidente do BB. “A Dimac não é uma diretoria de negócios, mas uma diretoria de apoio. O diretor não pode contratar, demitir funcionários, nem autorizar gastos”, explica Pizzolato.

O ministro Barbosa encaminhou à Visanet pedido de esclarecimento sobre quem ocupava os cargos que comandavam o uso de recursos do FIV. Os documentos obtidos na CBMP depois de uma busca e apreensão na sede da companhia foram analisados pelo Instituto Nacional de Criminalística e resultaram no laudo 2828. Neste laudo está claro quem era o responsável e quem nomeava o gestor dos recursos do BB no FIV. Não era Pizzolato e nem era ele quem nomeava esse funcionário.

Até o ministro revisor, Ricardo Lewandowski, aderiu à tese de Barbosa de que Pizzolato desviou recursos públicos. Disse Lewandowski, no voto que condenou Pizzolato: “Convém assentar que os recursos direcionados ao Fundo Visanet, além de serem vinculados aos interesses do Banco do Brasil, saíram diretamente dos cofres deste, segundo demonstrado no item 7.1.2 do relatório de auditoria interna do Banco do Brasil, às folhas 5.236, volume 25, parte 1”.

Andrea, que está há sete anos estudando a defesa do marido, abre o volume 25, parte 1, da AP 470, nas folhas mencionadas por Lewandowski. A repórter lê. De fato, dali não se depreende, de forma alguma, que os recursos saíram dos cofres do BB. Pelo contrário, o item 7 explica que “o Fundo de Incentivo Visanet foi criado em 2001 com recursos disponibilizados pela Companhia Brasileira de Meios de Pagamento (CBMP) para promover, no Brasil, a marca Visa, o uso dos cartões com a bandeira Visa e maior faturamento da Visanet”. Ou seja, mesmo o capital

social inicial do fundo foi da CBMP-Visanet, e não do BB.

O item diz, ainda, que esse fundo “é administrado por um comitê gestor – composto pelo Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de Marketing da Visanet”. E que constam, dentre os procedimentos previstos no regulamento do fundo, que: “a) o incentivador (banco) deve apresentar ao comitê gestor, para análise e aprovação, proposta descrevendo a ação de incentivo, seus propósitos, os resultados e os custos; b) após as aprovações técnica e financeira, as despesas com a ação serão pagas diretamente pela Visanet às empresas executoras do projeto.” A conclusão é óbvia: se as despesas são “pagas diretamente pela Visanet”, “após as aprovações técnicas e financeiras” do “comitê gestor da Visanet”, que os recursos não saíram “diretamente dos cofres do BB”. E que para retirá-los da conta da CBMP-Visanet era preciso que as ações fossem aprovadas técnica e financeiramente por ela.

Barbosa serviu-se de quatro das chamadas “notas técnicas” do BB para uso dos recursos do fundo, cuja soma totaliza os 73,8 milhões de reais que teriam sido desviados, para incriminar Pizzolato. Três delas – uma é de período em que Pizzolato estava em férias – foram assinadas por ele, de fato. Mas também, e Barbosa não disse, foram assinadas pelo chefe da Direv, o diretor de varejo do BB e pelos gerentes-executivos das duas diretorias. Barbosa disse, absurdamente, que somente Pizzolato era o responsável.

Para justificar a concentração da culpa em Pizzolato, Barbosa usou o depoimento de uma senhora, Danevita Magalhães, que se tornou símbolo das vítimas do mensalão para a revista *Veja*. O depoimento está nos autos, mas foi dado sem a presença do advogado de Pizzolato. Nele, Danevita diz que teria sido demitida do BB por ter se recusado a assinar uma autorização para falsos serviços de promoção e publicidade no valor de 60 milhões de reais. Ocorre que Danevita nunca foi funcionária do *marketing* do BB. Ela era funcionária das agências de

publicidade no chamado núcleo de mídia do BB – isto está claro em seus próprios depoimentos na AP 470 –, fato que Barbosa, é claro, não considerou.

Danevita foi funcionária, em Brasília, de diversas agências de publicidade que prestaram serviços ao BB, a última delas sendo a DNA. Este depoimento apareceu em 2009. Qualquer pessoa de boa-fé que examine a acusação de Danevita sabe que é completamente absurda a afirmação de que ela teria poder para autorizar alguma despesa do BB, ainda mais no valor de 60 milhões de reais, equivalente ao das maiores campanhas de publicidade já feitas no País.

Pizzolato explica que as notas técnicas eram notas internas da diretoria de varejo informando à *marketing* que havia aporte de recursos do Fundo Visanet e que estes seriam usados em campanha publicitária. “O *marketing* fazia o trabalho braçal. Quem fazia o *briefing*, que dava as características da promoção a ser feita, era o varejo. Era ele que dizia ‘quero pôr tanto numa campanha do Dia dos Pais, tanto para patrocinar vôlei’. A utilização dos recursos da Visanet era feita de acordo com a demanda da diretoria de varejo. Minha estrutura, no *marketing*, era, originalmente, direcionada para fazer o trabalho de promoção e propaganda do banco. Ao vir um trabalho extra – a promoção dos cartões Visa –, essa mesma estrutura era utilizada”, diz.

Ele compara o seu trabalho no *marketing* ao de um comandante da cozinha que manda no ambiente da cozinha, mas não controla o almoxarifado nem a tesouraria, que paga as contas. “Imagine que você esteja fazendo um jantar para 20 pessoas. Aí chega alguém e diz: ‘Vêm aí mais cinco pessoas para jantar.’ Você concorda. E pergunta: ‘Essas cinco pessoas vão pagar quanto?’ Eu tinha um orçamento para fazer um jantar para 20. Aí chegava a diretoria de varejo e dizia que tinha mais dinheiro, que viriam mais cinco pessoas. A nota técnica era eu dizendo: ‘Estou de acor-



STF

Barbosa foi o juiz que autorizou a apreensão dos documentos da CBMP-Visanet e também quem pediu os esclarecimentos para saber qual o autor das ordens para que a empresa depositasse os recursos do Fundo de Incentivo nas contas da DNA. Sabia também que os recursos não passavam pelo orçamento do BB. Dispensou tudo isso. Para “pegar Pizzolato”?

do, vou usar meus cozinheiros e minhas panelas, e como vocês arrumaram mais dinheiro, posso servir mais pessoas.”

“Quando eu descobri que era assim que funcionava”, continua Pizzolato, “eu falei com o dono da casa, para saber se eu poderia receber esses cinco extras. Fui procurar o Casseb, presidente do banco. Ele me disse que os recursos não eram do orçamento do banco, eram privados. E me mandou falar com o Edson Monteiro, vice-presidente de varejo e distribuição e que era, também, do conselho de administração da Visanet. Monteiro me disse que, sim, era assim que funcionava. E me mostrou um parecer do departamento jurídico do banco dizendo que os recursos eram privados e que era conveniente para o banco que a Visanet pagasse diretamente a agência de publicidade, para não haver trânsito dos recursos pelo conglomerado, por questões fiscais.”

Pizzolato completa sua história: “Mas eu disse: ‘Eu já aprovei o plano anual de comunicação do banco, que vai para a Secom [Secretaria de Comunicação do Governo], e esse dinheiro extra não estava incluído nisso’. Monteiro me disse que,

como os recursos não eram públicos, seu uso não precisava ser submetido à Secom. Por isso, depois, aproveitei uma reunião para comentar isso com os assessores na Secom e, depois ainda, com o ministro Gushiken. E ele me disse que era isso mesmo, isso era uma boa notícia, porque o banco teria mais dinheiro para propaganda. E concordou que esse dinheiro não se submetia à Secom.”

Pizzolato explica o procedimento para liberar recursos do Fundo Visanet: todo início de ano, a Visanet encaminhava uma carta ao BB informando o montante de recursos que haviam sido disponibilizados pelo conselho de administração da Visanet para a promoção dos cartões Visa. A diretoria de varejo recebia esta carta e podia gastar o dinheiro sozinha ou com outras diretorias. Se precisasse da diretoria de *marketing*, o gerente-executivo da Direv fazia uma nota técnica conjunta com a Dimac, que selava o acordo de trabalho entre as duas diretorias.

As notas informavam que havia o valor disponibilizado pelo fundo que

não impactava o orçamento do BB. De qualquer forma, era a Direv que emitia as notas essenciais para o relacionamento com a Visanet, os chamados JOBs (de *job*, em inglês, trabalho), encaminhados à CBMP e que propunham o gasto de valores determinados para fazer a campanha apresentada. “Esses *jobs* não passavam pela diretoria de *marketing*. Antes de estourar esse escândalo, eu nem sabia da existência deles”, diz Pizzolato.

Os *jobs* não apresentavam a campanha detalhada como nas notas que circulavam dentro do banco. O regulamento da Visanet também não exigia esse detalhamento. Pizzolato diz que era assim porque mais de 20 bancos eram acionistas da Visanet, e nenhum queria entregar a campanha que faria para o concorrente.

Os repórteres de *RB* ficaram dez dias ouvindo Pizzolato, lendo documentos e acompanhando Andrea, que nos mostrou sua luta de sete anos mergulhado nos autos do processo para entender o que se passou. Nossa opinião é a de que Henrique Pizzolato diz a verdade. Pizzolato é cristão. Parodiando a Bíblia, pode-se dizer que a verdade o libertará? ■

A GRANDE VITÓRIA DO PT

O PT recuperou a prefeitura de São Paulo com um candidato novo, “bonitinho, são-paulino e uspiano”, nas palavras de Lula. Mas, para mudar, isso não basta

por Tânia Caliarí

SÃO PAULO DESEQUILIBRA. No geral, o PT saiu-se bem nas eleições municipais de outubro. Mas foi a vitória na maior cidade da América Latina, que tem um eleitorado do tamanho do de Portugal, que deixou no ar a sensação de que o partido do ex-presidente Lula está vivo e saiu vitorioso da refrega eleitoral.

A grande vitória, aliás, tem a assinatura de Lula, que escolheu pessoalmente o candidato Fernando Haddad e o apresentou como o “novo” num momento em que parte do “velho” PT era julgada pelo STF na Ação Penal 470, do mensalão. Diante dos 3% iniciais das intenções de voto no desconhecido candidato, poucos entre petistas e não petistas botavam fé em sua eleição. Menos ainda quando o ex-prefeito e deputado Paulo Maluf (PP) fez-se fotografar com Lula e Haddad para selar seu

apoio, afugentando da chapa a candidata a vice Luiza Erundina (PSB) e causando mal-estar em simpatizantes e algumas correntes de militantes do partido.

A disputa entre 12 candidatos no primeiro turno, oriundos de amplo espectro ideológico e partidário, teve como pano de fundo a má avaliação da administração Gilberto Kassab, eleito em 2008 pelo DEM e fundador do PSD em 2011. De acordo com as pesquisas eleitorais, no início da campanha o eleitorado preferia o candidato do PSDB, José Serra, mas logo depois quase levou ao segundo turno o deputado federal pelo PRB Celso Russomanno, defensor dos consumidores em programa de TV e apoiado pela Igreja Universal do Reino de Deus, dona da Record e maior congregação neopentecostal do País. Russomanno cresceu sobretudo junto ao eleitorado de

periferia, tradicionalmente alinhado com o PT, até as vésperas das eleições.

Mas, depois, caiu. Haddad cresceu, Serra não, mas se manteve no alto com o horário eleitoral gratuito. O segundo turno acabou, então, sendo a tradicional disputa paulista e paulistana: PT x PSDB. Nesta fase pesou, a favor de Haddad, a rejeição do eleitorado acumulada por Serra – que, eleito prefeito em 2004, deixou o cargo para concorrer ao governo paulista em 2006, e antes de terminar este novo mandato deixou, no início de 2010, o cargo para concorrer à Presidência da República contra Dilma Rousseff (PT).

A rejeição vinha também da ideia divulgada pela campanha petista de que Serra e seus aliados governaram sempre para os mais ricos, diferentemente dos governos anteriores do PT, de Luiza Erundina (1989-1993) e de Marta Suplicy (2001-2004), que teriam deixado suas marcas nos bairros pobres da cidade. No segundo turno, a capital paulista repetiu o padrão de voto verificado desde 2004: o PT venceu na periferia, o PSDB teve melhor desempenho nos bairros do chamado centro expandido.

Haddad, no entanto, foi além, conseguindo vencer Serra no segundo turno em oito zonas eleitorais tradicionalmente

tucanas. A antevisão de Lula funcionou ao propor ao eleitorado um candidato “novo” capaz de atrair também a classe média: “bonitinho, são-paulino e uspiano”, nas palavras do ex-presidente.

“É bom lembrar, também, que é a primeira vez que o PT ganha as municipais em São Paulo sem a ajuda do PSDB. Em 1988, a Erundina chegou à prefeitura porque as pesquisas mostravam que ela tinha chances de ganhar do Maluf, e, naquele momento, a base social que hoje está com o PSDB decidiu apoiá-la”, diz o cientista político André Singer. “Em 2000, a Marta ganhou contra o Maluf porque o [Mário] Covas a apoiou no segundo turno, retribuindo o apoio do PT em 1998 em sua campanha para governador do estado.” “A partir de 2004, porém, quando Marta enfrentou e perdeu para Serra, os embates em São Paulo, para eleições municipais, estaduais ou presidenciais, voltaram a repetir a polarização PT e PSDB”, diz ele.

Filiado ao PT desde 1983, quando ainda fazia graduação no curso de direito, Haddad fez também na Universidade de São Paulo o seu mestrado em economia e o doutorado em filosofia. Licenciou-se da função de professor de teoria política da USP para participar da administração Marta em 2001, como chefe de gabinete da Secretaria de Finanças. Em 2003, com Lula presidente, foi para o governo federal como assessor do Ministério do Planejamento e, depois, como secretário-executivo do Ministério da Educação, sob a batuta de Tarso Genro.

Foi justamente o escândalo do mensalão – que levou Lula a convocar Genro para assumir a presidência do PT – que colocou Haddad à frente do ministério. Na avaliação de sua gestão, as críticas maiores referem-se aos resultados do ensino fundamental e à organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E os maiores elogios, sua campanha eleitoral não deixou esquecer, vêm do fato de ter sido ele quem, como ministro da Educação, implantou o ProUni, o programa de bolsas em faculdades particulares que deu à juventude das famílias mais pobres a chance de fazer um curso superior.

Em sua primeira declaração depois de conquistar a vitória com 55,7% dos votos válidos do segundo turno, Haddad continuou acenando para os pobres. “Meu objetivo central está plenamente delineado, discutido e aprovado pela maioria do povo paulistano: é diminuir a grande

desigualdade existente em nossa cidade; é derrubar o muro da vergonha que separa a cidade rica e a cidade pobre.”

Para cumprir essa diretriz principal, Haddad e seu secretariado terão de encarar os desafios de uma cidade que, se desequilibra o quadro político nacional devido ao tamanho de sua população e de seu eleitorado (11,7 milhões de habitantes e 8,4 milhões de eleitores) e à potência de seu PIB e orçamento (de 390 bilhões de reais e 38,8 bilhões, respectivamente), também reúne as mazelas dos problemáticos centros urbanos brasileiros.

Pode-se falar do trânsito, do transporte público e da moradia, para começar. A cidade, entupida com mais de 7 milhões de veículos, vive travada e travando o cotidiano do cidadão. Para o transporte público, Haddad propõe corredores de ônibus e quer baratear a tarifa para o usuário com o bilhete único mensal, aumentando em 400 milhões de reais os subsídios anuais a esse transporte, que já chegaram a 960 milhões em 2012.

Para a cidade que tem cerca de 1.630 favelas, 800 mil famílias vivendo em moradias irregulares e outras 130 mil em áreas de risco, Haddad se comprometeu, em campanha, a construir 55 mil residências populares. Falou também em IPTU progressivo para imóveis desocupados no centro.

Pode-se falar, ainda, da carência de creches – faltam 145 mil vagas –, do tratamento dado ao lixo – um pouco mais de 1% das 18 mil toneladas recolhidas diariamente é reciclado. Em relação à saúde, Haddad criticou fortemente a demora para conseguir consultas e exames nos postos municipais e apresentou em seus programas um maravilhoso sistema de atendimento com hora marcada.

Sobre todos os planos pesam custos e capacidade para gerir os recursos existentes de modo a privilegiar os mais pobres, como é a intenção declarada do novo governo paulistano. Quanto terá de investir e qual será o modelo de gestão que o governo adotará para que o novo sistema de atendimento médico funcione a contento? Na área de desenvolvimento urbano e econômico, qual o truque ou incentivo que Haddad conhece, e que os ex-prefeitos Marta e Kassab desconheciam, para atrair empresas para eixos descentralizados de desenvolvimento e que levarão emprego e renda para a periferia? Como sabem bem urbanistas e ex-administradores, a “força da grana que ergue e destrói coisas belas”

nesta cidade resiste aos planos governamentais. E mais ainda quando a grana pode ficar fraca.

Haddad já foi, no dia seguinte à sua eleição, ter com a presidente Dilma, com quem terá mesmo de tratar da dívida da cidade com a União, que chega a 58 bilhões de reais, o equivalente a 199% da receita anual da cidade, e que, até outubro, custou ao município 3,1 bilhões em pagamentos, dos quais 2,9 bilhões a título de refinanciamento com a União. As negociações implicam o aumento do teto de endividamento do município – dos atuais 120% para 200% da receita anual – e a diminuição dos juros incidentes, hoje compostos pelo IGP-DI mais 9%.

Além de lidar com as dívidas, Haddad e os outros 5.565 prefeitos escolhidos nestas eleições terão, provavelmente, de governar sob os efeitos da crise. Neste final de ano, ao contrário do que se esperava, não ocorrerá uma recuperação econômica expressiva, e o crescimento deverá ficar no patamar do ano passado, similar ao dos anos de Fernando Henrique Cardoso, de pouco mais de 2% anuais. Como será o ano que vem? Se o crescimento econômico cai, cai a arrecadação federal e, de modo geral, a dos estados e municípios. Quando faz frio e o cobertor é curto, fica mais difícil atender os pobres, já que os ricos, como se sabe, não passam frio.

Do ponto de vista nacional, os três partidos que mais conquistaram prefeituras neste ano foram o PMDB, com 1.027, o PSDB, com 704, e o PT, com 634. A ordem é a mesma de 2008, mas o PT foi o único que cresceu; os outros dois perderam prefeituras. Em quarto lugar, assumindo o espaço do DEM, do qual é dissidente, chegou de surpresa o PSD, que em sua primeira eleição venceu em 497 municípios. O quinto lugar ficou para o PP, que caiu de 551 municípios para 469. No que se refere à evolução de desempenho o destaque vai para o PSB, a legenda que mais cresceu em relação ao número de prefeituras de 2008 (41%), passando de 308 para 441, incluindo o maior número de capitais, com cinco delas.

Em termos de número de votos e do eleitorado que irá governar, o PT foi o grande vencedor, de novo graças a São Paulo, onde vivem 31% dos 27,6 milhões de eleitores que estarão sob a administração de seus prefeitos. O PMDB, que teve espetacular vitória no Rio de Janeiro ainda no primeiro turno, governará o ▶

Um grande revés do PT foi o de Recife, onde governava há 12 anos e perdeu para Geraldo Júlio, escolha de última hora do governador Eduardo Campos

segundo maior eleitorado, de 22,8 milhões de eleitores. O PSDB administrará cidades que reúnem 18,4 milhões de eleitores, seguido pelo PSB, com 15,3 milhões. Nove entre dez cientistas políticos e analistas alertam quanto ao caráter local destas conquistas, mas admitem que elas acabam por influenciar a estruturação de campanhas para governadores, deputados, senadores e mesmo para presidente da República.

O peso desses números também varia de acordo com o tamanho e a influência das cidades. E, neste item, o sucesso geral do PT foi eclipsado pelo mau desempenho em capitais – venceu em quatro, em comparação com as sete que tem atualmente. Além do triunfo em São Paulo, o PT conquistou apenas Goiânia (GO), no primeiro turno, e João Pessoa (PB) e Rio Branco (AC), no segundo. As derrotas mais doídas foram, certamente, as três para o PSB: a de Recife, onde o partido estava há 12 anos no poder; a de Fortaleza, onde governou por oito

anos; e, ainda, a de Belo Horizonte, onde o partido tinha o vice, mas resolveu disputar a prefeitura com um candidato forte, Patrus Ananias, abençoado pela presidente Dilma Rousseff.

Em Belo Horizonte, há o agravante de o prefeito reeleito do PSB, Marcio Lacerda, ter sido ostensivamente apoiado pelo senador do PSDB, Aécio Neves, eventual candidato em 2014 contra Dilma. O PT perdeu também em Salvador, que contou com a eleição de Antonio Carlos Magalhães Neto na mais vistosa vitória do DEM no País, partido que vem perdendo espaço nacional e caiu do comando de 496 prefeituras para 272.

O PT continua sendo o partido que governa o maior número de municípios mais populosos, as 186 cidades brasileiras com mais de 100 mil eleitores, mas sofreu, aí, uma queda acentuada, tendo reduzido suas prefeituras de 46 para 32. O PSDB é o segundo nesta faixa de cidades e deu um grande salto, passando de 19 para 31 prefeituras. O PMDB, que caiu, ficou em terceiro, com 29, e o PSB conquistou 18 dessas cidades.

No outro extremo, entre as cidades muito pequenas, chamadas “nanicas”, (os 3.875 municípios que têm até 15 mil eleitores), o PMDB diminuiu sua influência, mas continua sendo o partido que, de longe, reina nos chamados grotões, tendo feito o prefeito em 749 delas, 74% de seus eleitos. É seguido pelo PSDB, que, mesmo perdendo administrações nesse grupo, ainda governa 484 delas (68% de seus prefeitos eleitos).

A diferença de PSDB e PMDB, o PT cresceu em números absolutos entre as cidades deste porte, passando de 337 para 395, um crescimento modesto que mostra, evidentemente, não ter o partido mergulhado nos grotões. Mas há quem diga que o PT, nascido no cinturão industrial de São Paulo – onde, aliás, manteve o domínio político vencendo em São Bernardo do Campo, Santo André, Guarulhos, Osasco e Mauá – passa por um processo de peemedebização.

“A tendência é o PT se peemedebizar, se tornar muito popular como foi o PMDB nos anos 1980. Isso significaria o PT se espalhar no interior, ser popular entre os pobres das chamadas classes E e

PMDB, PSDB E PT, AINDA OS TRÊS GRANDES

A presença dos partidos, dos maiores centros aos grotões

	>1 milhão				200 mil a 1 milhão				50 mil a 200 mil				10 mil a 50 mil				< 10 mil				TOTAL
	2000	2004	2008	2012	2000	2004	2008	2012	2000	2004	2008	2012	2000	2004	2008	2012	2000	2004	2008	2012	
PMDB	1		3	1	8	8	15	8	35	48	69	65	361	317	396	317	850	679	736	634	1.025
PSDB		2	1	2	11	13	12	13	46	46	52	53	304	288	285	236	624	516	452	398	702
PFL	2	1			1	3			33	31			283	252			709	497			0
DEM			1	1			5	4			26	6			157	93			314	174	278
PP					2	2	5	3	19	17	17	21	165	170	180	151	432	359	356	293	468
PT	1	3	2	1	16	12	19	15	30	43	56	57	60	133	216	264	80	220	273	299	636
PDT		1		2	3	7	7	4	19	17	23	25	93	89	133	118	173	191	196	161	310
PTB	1		1		2	2	2		14	15	12	16	142	136	149	100	238	265	258	179	295
PL					1				8	14			79	125			146	245			0
PR							2	2			15	11			147	97			232	165	275
PPS		1			3	3	1	3	13	18	12	8	54	117	46	49	96	166	80	63	123
PSB	1		1	3	2	7	3	8	13	13	16	24	62	59	122	191	60	95	176	216	442
PSD								4				23				200				269	496
Outros					2	3	3	9	9	11	26	34	108	127	172	223	141	131	183	250	516

Fonte: dados do TSE

O PFL aparece na tabela nas eleições de 2000 e 2004, tendo sido substituído pelo DEM a partir de 2008

O PL também está na tabela até as eleições de 2004, tendo sido substituído em 2008 pelo PR

O PSD, fundado em 2011, aparece na tabela apenas nos resultados das eleições de 2012



D e parte da C, perdendo espaço entre a classe média tradicional das cidades maiores, mais estudada e mais ideologizada”, diz Rudá Ricci, sociólogo do Instituto Cultivare, de Belo Horizonte.

Para Ricci, trocando em miúdos o sobe e desce dos partidos em grandes e pequenas cidades, regiões metropolitanas e grotões, a grande perdedora do pleito foi a oposição, sobretudo o PSDB e o DEM. “E não adianta fazer como o Aécio, que minimizou as derrotas. O fato é que o PSDB perdeu 35 prefeituras em São Paulo e 13 em Minas Gerais, seus colégios eleitorais consolidados. Aécio critica o PT por ter perdido em três das quatro cidades em que concorreu no segundo turno em Minas, mas o PSDB nem chegou a disputar um segundo turno no estado, tendo o Aécio que apoiar qualquer adversário do PT, inclusive o PCdoB, que ganhou em Contagem.”

De fato, a oposição minimizou a derrota do PSDB em São Paulo e a decadência geral do DEM, do PTB – de 410 cidades e 11,3 milhões de eleitores para 295 cidades e apenas 5,5 milhões de eleitores –, e do PPS, que caiu de 138 para 123 cidades e de 8,8 milhões para 3,9 milhões de eleitores.

E enalteceu sua campanha nas grandes cidades do Norte e do Nordeste.

O PSDB venceu em quatro capitais, todas no Norte e no Nordeste (Manaus, Belém, Teresina e Maceió); o DEM, em 2 (Salvador e Aracaju). Os tucanos também venceram embates em três outras grandes cidades nordestinas: Campina Grande (PB), Feira de Santana (BA) e Jaboatão dos Guararapes (PE).

Ainda tentando minimizar a vitória do PT, a oposição aposta num racha da base aliada nacional a partir dessas eleições, sobretudo com o crescimento do PSB, que com o apoio do PSDB enfrentou e ganhou do PT em cidades importantes, como Campinas (SP) e Belo Horizonte (MG), levando o prefeito eleito de Manaus (AM), Arthur Virgílio (PSDB), a dizer que a chapa dos sonhos de seu partido para as eleições presidenciais de 2014 seria uma associação entre Aécio Neves e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, presidente do PSB.

De fato, as candidaturas do PSB desvinculadas do PT depois de anos de aliança em Recife e Fortaleza são vistas como estratégia de afirmação dos socialistas. Logo depois do pleito, no entanto, Campos adiantou-se em reafirmar a aliança com o

PT no campo federal, e o vice-presidente do PSB, Roberto Amaral, disse a *RB* que a oposição, “sem projeto e incompetente”, não irá “pegar carona no sucesso do PSB”. “Temos agora é que ajudar a presidente Dilma a fortalecer o País para a crise que chegará com força em 2013.”

Numa análise mais qualitativa da montanha de dados pós-eleições, André Singer aponta que o pleito foi marcado por pelo menos dois fenômenos importantes: o desejo de mudança do eleitorado em relação à administração local e uma clivagem social do voto, com os eleitores mais pobres, da periferia, preferindo partidos e candidatos identificados com o projeto federal do PT, em seu terceiro mandato presidencial. Isso consolida o lulismo, um modo de governar que, na definição de Singer, consegue certo crescimento econômico com inclusão social, sem, no entanto, enfrentar o capital.

Em relação à mudança do partido do mandatário municipal, pode-se dizer que a tese de Singer ocorreu em São Paulo e em 50 das 85 maiores cidades do País. Em termos de reeleição, a parada foi dura: 55% dos prefeitos que se candidataram foram reconduzidos ao cargo no primeiro turno, a taxa mais baixa desde 2000. Em 2008, dois em cada três prefeitos foram ►

Para Singer, a campanha de Haddad se baseou na figura de Lula e também na principal ideia do projeto lulista: favorecer os pobres sem enfrentar o capital

reeleitos, tanto em metrópoles quanto nas pequenas cidades.

Singer atribui a preferência por candidatos desafiantes da situação ao aumento do que chama de pressões urbanas, como a piora da situação do trânsito nas cidades maiores – invadidas pelos novos automóveis comprados com impostos reduzidos a partir de 2008 –, e, sobretudo, à piora do cenário econômico. “Em 2008, tínhamos um momento de alto otimismo e de cofres cheios das prefeituras. Já os prefeitos que tomaram posse em 2009 pegaram a desaceleração do crescimento, e tiveram menos dinheiro para gastar na gestão”, diz.

Quanto à clivagem social do voto, não dá para generalizar, mas em algumas cidades salta aos olhos a organização

espacial e socioeconômica da escolha do eleitorado desde o primeiro turno, como em São Paulo, Salvador e Fortaleza, onde os candidatos petistas venceram nas áreas mais pobres. A diretora-executiva do Ibope, Marcia Cavallari, diz que esse é um fenômeno cada vez mais frequente e citou ainda São Luís (MA), onde, no segundo turno, eleitores das zonas ricas e pobres tiveram comportamentos diametralmente opostos.

Outro detalhe que chama a atenção neste sentido é a grande votação do PSB e do PT entre as cem cidades mais pobres, com menor renda média do País. O PSB conquistou 17 prefeituras, o PT, em empate com o PMDB, conseguiu 15. O PSDB governará seis delas. Já entre as cem cidades mais

ricas sob esse critério, o PSDB governará a maior fatia de municípios, 18, seguido pelo PMDB, com 15, e pelo PSD, PSB e PT, com dez dessas cidades.

“A minha conclusão é de que os resultados das eleições municipais confirmam o pano de fundo estabelecido em 2006, quando os eleitores de menor renda tenderam a votar no projeto lulista e os eleitores de classe média tenderam a votar no antilulismo”, diz Singer, autor de *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador* [2012, Companhia das Letras]. No livro, fruto de um trabalho de livre-docência em ciências políticas, Singer, que também é jornalista e foi porta-voz da Presidência da República nos dois mandatos de Lula, avalia a variação do eleitorado do PT nas eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010.

DEZ DETALHES QUE IMPORTAM

O voto nas mulheres e nove outros resultados especiais do pleito municipal

- **Vereança** Seguindo a mesma tendência da eleição para prefeitos, a escolha de vereadores também resultou na primazia do PMDB (7.043 vereadores em todo o País), seguido pelo PSDB (5.250) e pelo PT (5.181). Nesse caso, novamente o PT foi o único entre os três que aumentou sua presença nas Câmaras, conquistando 1.013 novas cadeiras em relação a 2008, tendo os outros dois partidos perdido vagas: 532 (PMD) e 646 (PSDB). O partido que mais perdeu vereadores no País foi o DEM (1.529), passando de 4.801 para 3.272.
- **Candidatas e eleitas** No ano em que se completam 80 anos do voto feminino no Brasil, o percentual de candidatas ultrapassou 30% pela primeira vez. À diferença das eleições de 2004 e 2008, o número de eleitas em 2012 também cresceu, chegando a 663 prefeitas (11,8% do total e 59 a mais do que em 2008) e a 7.648 vereadoras (acréscimo de mais de mil em relação a 2008). Ainda assim, a paridade eleitoral entre candidatos homens e mulheres está longe de ser alcançada, já que as mulheres representam mais da metade da população.
- **Pluralidade partidária** Seis grandes partidos nacionais (PMD, PSDB, PT, PSD, PP e PSB) ficaram com o comando de 64% das cidades brasileiras, 3.573 municípios, enquanto outros partidos, cerca de 20, governarão 1.995 cidades

(35%). Ainda assim, nas grandes cidades, a eleição de 2012 trouxe um aumento da pluralidade partidária: 16 partidos diferentes venceram nas capitais e nas 80 cidades maiores. Em 2008, esse grupo de municípios mais populosos estava sob a gestão de oito legendas.

- **Oposição menor** Os principais partidos de oposição, PSDB, DEM e PPS, perderam eleitores e prefeitos pela segunda eleição consecutiva. Enquanto os partidos da base aliada vão governar cidades que reúnem 72% do eleitorado brasileiro, os três partidos de oposição governarão 2.013 cidades, onde vivem 20% do eleitorado, ante 28% dos eleitores em 2008. O Rio de Janeiro é o estado mais “governista” do País, onde os partidos da base de apoio da presidente Dilma Rousseff vão governar 99% do eleitorado.

- **Bolsa Família** Comparação feita pelo jornal *O Globo* entre o desempenho dos partidos nessas eleições com os dados de cobertura do Bolsa Família do Censo 2010 mostra que a distribuição do benefício não teve influência direta no bom desempenho do PT. O partido elegeu prefeitos em 198 cidades com alta cobertura do programa, que têm mais de 10% da população beneficiada. Isso representa 31% das prefeituras conquistadas pelo PT. Já 59% dos prefeitos eleitos pelo PSB foram escolhidos nesse nicho de cidades, assim como 47% dos eleitos pelo PSD.

Ao cruzar dados de intenção de votos com a renda do eleitor, ele evidencia que, a partir de 2006, houve um realinhamento do eleitorado bem pobre (com renda até dois salários mínimos) em torno de Lula. Foi neste mesmo momento que a classe média, os de maior renda e os mais escolarizados retiraram seu apoio ao PT devido ao escândalo do mensalão e à reprovação, entre os eleitores mais identificados com o discurso de origem do PT, aos rumos da política econômica conservadora do primeiro mandato.

O eleitorado mais pobre “fechou”, então, com o governo federal em torno de uma agenda de inclusão social, seja pelo Bolsa Família, pelo aumento da oferta de emprego e do salário mínimo, pelo aumento do crédito ou pelo ProUni. Isto não significa, lembra Singer, que o governo do PT tenha deixado de atender às demandas políticas e econômicas do capital, por exemplo, aumentando o teor do superávit primário, mantendo o sistema de câmbio flutuante e aprovando a reforma da Previdência – todas medidas que canalizaram o dinheiro da nação para os grandes capitalistas.

Segundo sua análise, os dois governos Lula e, agora, o Dilma chamaram para si a arbitragem dos conflitos de classe, ora a favor dos mais pobres, ora a favor dos ricos, evitando um maior enfrentamento, apostando na desmobilização dos movimentos sociais e dos trabalhadores para não permitir um acirramento do clima político.

Segundo Ricci, que também escreveu um livro sobre o lulismo [*Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média*, 2010, Editora Contraponto], a ausência de radicalismos é um ponto importante no contexto eleitoral porque, segundo pesquisas qualitativas sobre o perfil do eleitorado às quais tem acesso, o eleitor brasileiro médio é a favor da ordem. “Entre os mais pobres, ainda mais, o eleitor detesta greves, não gosta de radicalização, de nada que possa bagunçar seu caminho, que ainda se mostra ascendente”, diz. “Esse eleitor não lê jornal, não segue mais a opinião da classe média tradicional, e decide seu voto no boca a boca, entre seus pares sociais, baseado no pragmatismo: minha vida agora está melhor do que estava”, continua Ricci.

Talvez por isso não foi possível flagrar grande influência do julgamento do mensalão, incluindo a condenação de membros da cúpula do PT, nas eleições. O presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RJ), acusou o golpe, dizendo que o mensalão trouxe, sim, prejuízos eleitorais ao partido, mas que “não teve a influência negativa que certos setores gostariam que tivesse”. Talvez a grande influência tenha se dado nas lutas internas do PT, que se apressou em apresentar o “novo” para superar a rejeição a antigos dirigentes.

Para Singer, porém, o “novo”, personificado em Haddad, não representou renovação. “Eu não acho que houve renovação das ideias nem na oposição nem no lulismo nessas eleições. A campanha do Haddad foi calcada não só na figura do ex-presidente, mas também na principal ideia do projeto lulista, que é favorecer os mais pobres sem enfrentar o capital. Não houve nenhuma presença de mobilização, de organização, que seria, ironicamente, uma marca do antigo PT. E, da parte da oposição, houve novamente uma dificuldade em estabelecer um diálogo com os setores populares. Portanto, nada de novo.” [*colaborou Zeca Rocha*] ■

• **Financiamento privado** Para eleger Fernando Haddad para a Prefeitura de São Paulo, o PT fez a campanha mais cara do Brasil, tendo gasto cerca de 50 milhões de reais. As despesas declaradas da campanha do candidato José Serra, do PSDB, alcançaram 32 milhões de reais. Os maiores doadores dos dois candidatos foram, além dos diretórios estadual e nacional de seus próprios partidos, empreiteiras, empresas do setor imobiliário e instituições financeiras. Segundo o tesoureiro da campanha de Haddad, vereador Chico Macena (PT), a campanha deixou uma dívida para o partido de aproximadamente 26 milhões de reais. Segundo o tesoureiro da campanha tucana, Luís Sobral, o PSDB saiu sem dívidas.

• **Avanço comunista** O PCdoB passou de 41 para 56 prefeituras, incluindo a conquista do quarto mandato consecutivo em Olinda (PE). Com boa presença no Nordeste, este ano a legenda avançou no Sudeste, tendo eleito 15 prefeitos na região, incluindo os da industrial Contagem (MG), contra o PT, e o de Jundiá (SP), cidade até agora considerada campo de experimentos de gestão do PSDB.

• **Psol entra no jogo** Formado por dissidentes do PT em 2004, o Psol conquistou este ano suas primeiras duas prefeituras: Itaocara (RJ) e a capital do Amapá, Macapá, tendo quase dobrado o número de vereadores eleitos no País, passando de 25, em 2008, para 48. Em Macapá, o Psol saiu em aliança com PV, PPS, PCB e

outros partidos nanicos. No segundo turno, porém, foi apoiado por DEM e PSDB, o que levou 34 dirigentes nacionais do Psol a divulgar nota contrária ao apoio. O partido teve ainda projeção com a campanha de Marcelo Freixo no Rio de Janeiro e com a ida para o segundo turno em Belém, com Edmilson Rodrigues.

• **Debutante** O Partido Pátria Livre (PPL) concorreu pela primeira vez nas eleições municipais, elegendo 176 vereadores e 12 prefeitos. O PPL foi fundado em 2009 por ex-membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que esteve, desde 1974, sob a legenda do MDB e atuou, depois da democratização, dentro do PMDB, ligado ao grupo político do ex-governador paulista Orestes Quércia. O MR-8 da década de 1960 entrou na luta armada contra a ditadura militar e participou do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Militantes dessa época, como Fernando Gabeira e César Benjamin, já declararam, porém, que não há continuidade histórica e ideológica entre o grupo original e o MR-8 que formou o PPL, juntamente com sindicalistas ligados à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

• **Zero a zero** Três partidos, todos de esquerda, não conquistaram nenhuma prefeitura em 2012, continuando na mesma situação de 2008: PCO, PSTU e PCB. Para vereador, no entanto, PCB e PSTU saíram do zero a zero com cinco e dois representantes respectivamente.

A gente acredita na sua ideia e sabe o quanto ela é importante para o futuro do Brasil. Através dos Programas Petrobras Ambiental e Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, serão investidos 247 milhões de reais em projetos ambientais e sociais. Essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento sustentável do País. Se você tem um projeto, aproveite para inscrevê-lo nas seleções públicas da Petrobras. Faça sua ideia virar realidade e transformar a vida de muita gente. Participe.

heads.



Ministério de
Minas e Energia



O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Quando todos acreditam,
seu projeto ganha vida.



PROGRAMA
**PETROBRAS
AMBIENTAL**

PROGRAMA
**PETROBRAS
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA**

**Seleções Públicas 2012
Inscrições abertas.**

Para mais informações, acesse:
petrobras.com.br/selecoespublicas



Folhapress

A DIVISÃO APRESSADA

Faltou uma discussão nacional quanto à distribuição das riquezas do pré-sal a longo prazo. E não ajuda no debate dizer que a Copa e as Olimpíadas estão ameaçadas

por Téia Magalhães

1. A HISTÓRIA DA DISPUTA

Em casa de pouco pão, todos gritam e ninguém tem razão, diz o dito popular. Mas, mesmo quando há muito pão a ser dividido, a razão pode passar longe do debate. Foi o que aconteceu na discussão da divisão dos futuros resultados da exploração das reservas de petróleo brasileiro no pré-sal. Há quatro anos se discute que parte dessas riquezas deve ser atribuída a cinco classes de entes federados: 1) a União; 2 e 3) estados e municípios produtores: aqueles nos quais há exploração em terra, rios, lagos e ilhas internas; aqueles que se

confrontam com áreas de exploração no mar; e ainda aqueles afetados pelas operações de embarque e desembarque decorrentes da exploração; 4 e 5) estados e municípios não produtores. A discussão, entretanto, está torta há tempos, em aspectos essenciais.

Em 1953, quando foi criada a Petrobras, a exploração do petróleo no Brasil foi considerada monopólio da União. Definiu-se que a Petrobras, única exploradora, deveria pagar, aos municípios e estados onde ocorria a lavra – naquela época, apenas em terra –, a título de *royalties*, uma compensa-

ção em dinheiro pelos impactos locais das atividades: 5% sobre o valor do petróleo produzido, sendo 4% para os estados e 1% para os municípios.

No final da década de 1960, quando começou a exploração no mar, os *royalties* desse tipo de exploração passaram a ser pagos apenas à União. E esse arranjo perdurou até 1985, quando nova lei foi aprovada e reduziu a parcela da União a 20%. Os restantes 80% foram distribuídos em três partes: a estados confrontantes com as áreas de mar exploradas, 30%; a municípios confrontantes e regiões macroeconômicas impactadas pela atividade, também 30%; e os demais 20% a um fundo especial controlado pela União, do qual 1% era distribuído entre todos os outros estados, territórios e municípios.

A Constituição de 1988 consagrou alguns desses conceitos: o petróleo pertence à União; e os estados, municípios e órgãos da administração direta da União têm assegurada: participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva; ou compensação em dinheiro por essa exploração. Tudo isso ficou definido em lei de 1989 que regulamentou o texto constitucional.

No governo Fernando Henrique Cardoso, em 1997, foi aprovada uma nova Lei do Petróleo, que acabou com o monopólio da Petrobras e permitiu ao governo federal assinar com empresas privadas, inclusive estrangeiras, contratos de concessão de blocos de exploração em terra e no mar. A lei estabeleceu uma nova forma de distribuição dos *royalties* e da participação na produção em terra, aqui considerados também rios, lagos e ilhas internas ao continente. Também para o mar a lei foi mudada em relação à distribuição dos *royalties*: foi ampliada a participação dos estados confrontantes, de 30% para 40%; foi reduzida a dos municípios, de 30% para 10%; e ampliada a da União, de 20% para 50%. Além disso, esses *royalties* passaram a constituir até 10% do valor da produção, 5% no mínimo e outros 5% dependendo dos riscos de exploração – quanto maior o risco assumido pelo concessionário, menor essa parte.

Com a descoberta das grandes reservas do petróleo do pré-sal, em 2007, a enorme concentração da distribuição dessa parte da renda do petróleo apenas entre a União e pouquíssimos estados ficou mais evidente, ainda mais porque o petróleo será retirado em mar alto, a distâncias em torno de 200 quilômetros da costa. E cresceu o interesse de estados e municípios não produtores e não confrontantes por uma participação na riqueza a ser gerada. Afinal, o petróleo é um bem da União; portanto, de todos os brasileiros, e não apenas de uns poucos estados e municípios.

Na ocasião, *Retrato do Brasil* endossou a tese de que antes de se começar a retirar o petróleo do pré-sal era necessário realizar um levantamento mais rigoroso e extenso do potencial envolvido e uma ampla discussão sobre o que fazer. A proposta, capitaneada por Ildo Sauer, professor da Universidade de São Paulo e ex-diretor da Petrobras no governo do presidente Lula, era que se contratasse a Petrobras, uma das poucas empresas no mundo com larga experiência em exploração de petróleo em águas profundas, para fazer esse trabalho. Além disso, foram engenheiros e técnicos da Petrobras

que formularam o modelo teórico que fez a previsão da existência do pré-sal e foi a empresa que pesquisou e encontrou petróleo nessa camada. Conhecidas as reservas, do ponto de vista da localização precisa e das quantidades, um amplo debate com participação popular definiria como explorar essa imensa riqueza nacional e como dividir e utilizar seus frutos. Não havia pressa em decidir – naquela época, o Brasil já era autossuficiente em petróleo.

Uma extração rápida das reservas e sua exportação podem produzir a “doença holandesa”: caso se exporte muito petróleo, entram muitos dólares no País, a moeda nacional se valoriza, há um incentivo a importar bens de alta tecnologia que não se podem produzir localmente de uma hora para outra e a industrialização interna, já precária, torna-se mais débil ainda. Utilizar os recursos do pré-sal para tapar buracos nas áreas sociais, sem investir no crescimento da produtividade, no domínio e desenvolvimento da tecnologia e no fortalecimento da produção interna de alto valor agregado, pode parecer uma boa solução, mas vale apenas no curto prazo. A longo prazo, pode-se ficar como a Arábia Saudita: um país que vive do petróleo e, social e politicamente, é um dos mais atrasados do mundo.

A tese de não ter pressa e promover um grande debate nacional sobre os usos da riqueza do pré-sal não prevaleceu, como se sabe. Uma licitação para concessão de blocos na franjas do pré-sal foi feita já em 2007 e concedeu cerca de 28% das reservas estimadas. Entretanto, diante do evidente absurdo de entregar em concessão áreas para as quais o risco era muito pequeno, logo depois foram suspensas novas concessões e se passou a discutir um novo marco legal para a exploração.

O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou quatro projetos de lei ao Congresso. Três foram aprovados e Lula os sancionou em 2010. São eles: 1) o que definiu que a Petrobras será a operadora exclusiva na área do pré-sal; 2) o que criou uma empresa especificamente encarregada de administrar essas novas reservas, a Petro-sal; e 3) o que instituiu um novo modelo de exploração, os contratos de partilha, que garantirão à União não

mais uma compensação em dinheiro das companhias ganhadoras de áreas para exploração que eram donas do petróleo extraído, mas uma parte do petróleo extraído por elas. Na lei que definiu o novo modelo de exploração houve outra mudança essencial nos contratos de concessão existentes: os *royalties* devidos à União, antes destinados à pesquisa na área de petróleo, passaram a ser dedicados a um fundo social, para desenvolvimento regional, programas e projetos de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Um quarto projeto de lei, que tratava do pagamento de *royalties* apenas nos novos contratos de partilha, foi vetado pelo presidente, em 2010, depois de ter sofrido profunda mudança no Congresso: os estados não produtores se articularam e aprovaram uma distribuição igualitária dos recursos por meio da emenda apresentada pelos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG).

A decisão sobre a questão ficou para o governo Dilma, mas a discussão mais aprofundada, necessária, não aconteceu. Um novo projeto de lei, com uma distribuição menos concentrada dos benefícios nos estados e municípios produtores, foi elaborado pelo senador Wellington Dias (PT-PI). E o substitutivo do relator, senador Vítor do Rêgo (PMDB-PB), foi aprovado no Senado e passou a ser analisado na Câmara.

Com o anúncio da retomada das licitações para exploração de novos blocos em terra e na faixa do mar equatorial, em maio de 2013, e de áreas do pré-sal, em novembro, o governo precisava aprovar o mais rápido possível a legislação sobre a distribuição dos *royalties* e participações do petróleo. Nas negociações no Congresso, com vistas a manter o apoio dos atuais estados produtores, o governo queria que a nova lei não tratasse dos contratos já licitados sob regime de concessão no pré-sal. E, para ganhar a opinião pública de um modo geral, propôs que todo o montante dos *royalties* e participações fosse aplicado em educação. ▶

O problema não é o futuro: é a distribuição dos *royalties* de cerca de 30% do pré-sal por meio de contratos já existentes em áreas já em produção

2. A DISCUSSÃO DAS PERDAS

Para ajudar o leitor a entender a questão, preparamos as duas tabelas que se podem ver a seguir. Elas expõem a distribuição dos recursos pela legislação vigente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, a proposta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o pré-sal e a lei aprovada no último dia 8 de novembro no Congresso.

Para entendê-la melhor é preciso compreender alguns conceitos. Os *royalties* são definidos por lei como uma compensação financeira pelos impactos negativos da atividade de exploração, a ser paga pelas empresas que produzem petróleo, gás e outros hidrocarbonetos aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e a órgãos da administração direta da União. A participação é um pagamento definido em contrato entre a União e as empresas: a União concede a exploração de jazidas que são suas em troca de uma participação nos resultados.

Nos contratos de concessão, o concessionário é o dono do petróleo ou gás que encontra e produz e paga *royalties* e participações, segundo regras fixadas em lei, a estados, municípios e à União, como se vê na tabela. Com a aprovação da lei que criou os contratos de partilha, a própria partilha é a expressão da participação: o petróleo não pertence mais à empresa contratada, mas à União, que vai dividir o óleo com a contratada. As tabelas apresentam separadamente a distribuição dos *royalties* e das participações. Como se pode ver, a polêmica se concentra nos *royalties* e participações sobre a produção

no mar, onde estão as maiores reservas localizadas até agora. Não há mudanças para a exploração em terra.

Na distribuição dos *royalties* para os contratos antigos, os de concessão, que regem toda a produção atual, os estados produtores ou confrontantes, que tinham 26,5% de todos os *royalties* pagos, passam a ter 20%; os municípios produtores ou confrontantes perdem mais – vão de 26,5% para 17%, e de 8,75% para 3% no caso dos municípios que têm instalações de embarque e desembarque. A União também perde – passa de 30% para 20%. E, naturalmente, ganham os estados e municípios não produtores, que tinham em conjunto 8,75% e passam a ter 40%.

Nas participações, para os novos contratos, de partilha, há uma queda relativamente modesta em relação à proposta de 2010, feita no governo Lula – de 25% para 22%, e mais expressiva para os contratos antigos, de concessão, que passam dos 40% atuais para 20% em 2018, no caso dos estados confrontantes. E a União e os municípios também perdem em benefício dos estados e municípios não confrontantes.

A questão central da discussão é a distribuição dos recursos dos contratos de concessão onde já ocorre exploração comercial. Isso porque o pagamento dos *royalties* dos futuros contratos de partilha do pré-sal vai demorar. Se contratados em 2013, os blocos devem produzir, mais provavelmente, a partir de 2018. Os estados e municípios não confrontantes não querem esperar, visto que boa parte do crescente volume de produção no pré-sal já está licitada e começando a produzir.



Agência Brasil

Por outro lado, os estados e municípios confrontantes não querem perder o que entendem ser um direito adquirido com os contratos de concessão em vigor. Quando citam os bilhões que perdem com a nova lei, não computam apenas os ganhos correntes, mas as expectativas de ganhos futuros, se mantidas as regras de distribuição atuais. O caso do Rio é um exemplo: o governador Sérgio Cabral disse, logo após a aprovação do projeto de lei na Câmara, que o Rio vai perder 4,6 bilhões de reais em 2013 em *royalties*. E, segundo cálculos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio, entre 2012 e 2020 a perda seria de 77 bilhões de reais.

No Congresso, entretanto, como os parlamentares que representam os estados e municípios não produtores são mais numerosos, o projeto de lei aprovado amplia, a partir de 2013, a fatia dos não produtores e da União tanto nos contratos de concessão quanto nos contratos de partilha. E também não contempla o desejo da presidente de priorizar a educação na aplicação dos recursos – o projeto aprovado amplia as possibilidades de aplicação dos recursos por estados e municípios.

Os governadores do Rio (Sérgio Cabral, abaixo) e do Espírito Santo (Renato Casagrande, à esquerda) ameaçam recorrer ao Supremo Tribunal Federal

Beneficiários	como era *		como fica **	
	em terra	no mar	em terra	no mar
Estados produtores ou confrontantes	61,25	26,25	45,0	36,25
Municípios produtores ou confrontantes	17,5	26,25	18,5	16,0
Municípios com embarque-desembarque	8,75	8,75	6,5	5,3
Todos os estados não produtores e DF	-	1,75	10,0	10,0
Todos os municípios não produtores	-	7,0	10,0	10,0
União ou fundo controlado por ela	12,5	30,0	10,0	22,5

*de acordo com a Lei 7.990, de 1.989, e Lei 9.478, de 1997

** de acordo com a lei aprovada em novembro

se a presidente Dilma não vetar, ao menos, a parte que trata dos contratos de concessão já em vigor. “O Rio não vai poder fazer a Copa e as Olimpíadas, vai deixar de pagar a previdência dos funcionários”, disse o governador Sergio Cabral logo após a aprovação da lei no Congresso.

Os principais argumentos dos estados e municípios produtores em favor da manutenção dos atuais níveis de apropriação das riquezas do petróleo foram apresentados em livro do senador fluminense pelo PT, Lindbergh Farias. Tratam de questões muito relevantes. Em primeiro lugar, Farias argumenta que há uma excessiva concentração das receitas tributárias na União.

O governo federal, diz ele, arrecadou, em 2010, 67% dos tributos brasileiros e, depois das transferências obrigatórias a estados e municípios, ficou com 57% dessa receita, em prejuízo dos demais entes da federação. Além das transferências da União aos estados serem pequenas, o senador argumenta que o seu instrumento, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), é outra grave distorção.

O FPE foi implantado em 1989 para combater a desigualdade entre os estados, mas não houve discussão de critérios da distribuição *per capita*, mas apenas a fixação de alíquotas para cada estado, definidas por arranjos políticos – injustos, segundo Farias. É grave, portanto, diz ele, o fato de a lei aprovada utilizar o FPE como instrumento para dividir os *royalties* e participações especiais entre os estados não produtores.

Além disso, os estados produtores, especialmente Rio de Janeiro e Espírito Santo, levantam a questão de que são prejudicados com a cobrança do ICMS sobre o petróleo nos estados de destino (os consumidores) e não nos estados de origem (os produtores), ao contrário do que ocorre com todas as demais mercadorias.

Outro ponto de queixa dos governadores – e não só dos estados produtores de petróleo – é o custo do pagamento da dívida dos estados com a União, fixado em acordos firmados entre 1997 e 2001, que são corrigidos pelo IGP-DI, mais taxa de juros de 6% a 9%, resultando em taxas muito mais altas que as de mercado. Segundo o senador Farias, mudar essa situação

A DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES NOS CONTRATOS NOVOS, DE PARTILHA, E NOS JÁ EXISTENTES, DE CONCESSÃO						
Beneficiários	nos contratos de partilha				nos contratos de concessão	
	em terra		no mar		em terra e no mar	
	Proposta Lula	como fica	Proposta Lula	como fica	como era	como fica
Estados produtores ou confrontantes	20	20	25	22	40	34 atual e 20 em 2018
Municípios produtores ou confrontantes	10	10	6	5	10	5 atual e 4 em 2019
Municípios com embarque-desembarque	5	5	3	2	-	-
Todos os estados não produtores e DF	25	25	22	24,5	-	9,5 atual e 15 em 2019
Todos os municípios não produtores	25	25	22	24,5	-	9,5 atual e 15 em 2019
União ou fundo controlado por ela	15	15	22	22	50	42 atual e 46 em 2016

tem sido difícil, pois a representação política no Congresso é distorcida em favor dos estados menos populosos e menos desenvolvidos, cujas elites estão super-representadas no Congresso e bloqueiam a discussão de um novo pacto federativo, mais equilibrado. Retirar receitas de *royalties* do estado do Rio seria agravar as injustiças, diz ele.

Mas os que defendem a manutenção dos atuais níveis de distribuição dos *royalties* de petróleo omitem outros pontos essenciais. Do ponto de vista dos impactos de atração de mão de obra, a atividade de exploração de petróleo em alto-mar não é como as grandes obras de engenharia civil, que atraem grandes contingentes de trabalhadores

braçais e demandam investimentos em infraestrutura urbana nova para acomodá-los com suas famílias. Ao contrário, requer relativamente poucos trabalhadores, em geral especializados, que ganham bons salários e atraem empresas estrangeiras de alta tecnologia. No Rio, por exemplo, dez grandes multinacionais estão instaladas ou se instalando no Parque Tecnológico do Fundão, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Se não se discutir a questão do petróleo do pré-sal como um todo, o Brasil continuará sendo um País de mão de obra barata e um grande produtor de matérias-primas, que atrai empresas estrangeiras de alta tecnologia para aqui obterem grandes lucros. ■



Agência Brasil



A atriz Carolina Dieckmann após depoimento na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática do Rio de Janeiro

Reprodução

DE AZEREDO A CAROLINA

A nova Lei de Crimes Cibernéticos, batizada com o nome de uma atriz global, complementa - e em vários pontos aperfeiçoa - a lei do senador, tida como o AI-5 da internet

por Thiago Domenici

EM MAIO DESTES ano, a atriz Carolina Dieckmann viveu uma situação constrangedora ao ver circular na internet 36 fotos pessoais, aparentemente feitas por si mesma, nas quais aparece nua e em situações de intimidade, no banho e com seu filho mais novo. Segundo a Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática do Rio de Janeiro, as imagens foram furtadas do seu computador pessoal por um grupo que envolveu cinco pessoas. De posse das imagens, o grupo enviou o conteúdo para sites de pornografia hospedados nos EUA e na Inglaterra. As fotografias circularam entre milhares de internautas e foram reproduzidas em centenas de sites. A repercussão foi tamanha que o Google Brasil emitiu nota oficial dizendo que não “interferiria em seus resultados de busca” e que seria necessário entrar em contato com os sites que hospedavam o conteúdo para pedir a remoção. Para piorar a situação,

antes de vazarem as cenas, os criminosos ligaram e enviaram e-mails para Carolina tentando, em vão, extorquir 10 mil reais.

No jargão da internet, a atriz teve suas fotos furtadas por meio da fraude eletrônica *phishing* (algo como “pescar” informações), em que o fraudador se passa por empresa confiável enviando uma comunicação eletrônica oficial, por *e-mail*, mensagem instantânea etc. Uma vez dentro do computador da vítima, o *cracker* (termo que se refere a quem pratica a quebra de um sistema de segurança de forma ilegal ou sem ética) rouba senhas, dados financeiros – como número de cartões de crédito – e outros dados pessoais. Na América Latina, o Brasil é o país que mais sofre com o *phishing*, principalmente o *trojan* bancário – uma espécie de vírus –, que captura dados das contas correntes dos internautas.

Em entrevista ao site da revista *Info*, o inspetor Rodrigo Mello, um dos respon-

sáveis pela captura virtual dos *crackers* do caso Dieckmann, afirmou que a principal dificuldade para punir este tipo de crime era justamente a falta de uma legislação específica para crimes cibernéticos no Código Penal. Disse, à época, que “os delegados observam se é possível enquadrar o *cracker* em crimes como estelionato, difamação ou extorsão”. O caso da atriz, por exemplo, foi registrado como difamação, furto e extorsão qualificada pelo concurso de agentes, isto é, quando mais de uma pessoa participa do delito.

Com a grande exposição do caso Dieckmann, o debate político de regulamentar uma lei que trate de crimes virtuais voltou à baila no Congresso Nacional. No mês passado, ou seja, pouco mais de seis meses depois deste episódio, foram aprovados o PL 84/99 e o PL 2793/11, que ganhou a alcunha de Lei Carolina Dieckmann, cujos conteúdos tipificam os crimes praticados na internet. Antes de explicar com mais detalhes o conteúdo das leis em questão – que seguiram para sanção presidencial e, se ratificadas, entrarão em vigor 120 dias após publicadas no *Diário Oficial da União* –, é preciso citar a dimensão econômica do problema no País.

Entre os crimes mais cometidos virtualmente, além dos desvios de dinheiro em sites de bancos, estão a interrupção de serviços, invasão de *e-mails*, troca e divulgação de material de pornografia infantil etc. A Norton Symantec, das maiores empresas de segurança de computadores e proteção de dados e *software* do mundo, divulgou estudo recente que diz que, em 2011, os prejuízos com o cibercrime no País foram de, aproximadamente, 16 bilhões de reais. A pesquisa ouviu 13 mil adultos, com idades entre 18 e 64 anos, em 24 países, dos quais 546 eram brasileiros. O levantamento calcula que 28,3 milhões de brasileiros foram vítimas de algum tipo de crime virtual, com prejuízo médio pessoal de 562 reais.

Em maior escala, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) estima que seus associados tiveram, no ano passado, prejuízo estimado de 1,5 bilhão de reais com esses delitos virtuais. E um dado destaca-se: houve aumento de 60% em relação a 2010 referentes a delitos bancários via internet e celular, em transações de *call center*, cartões de crédito e de débito.

Do total de seu 1,5 bilhão de reais de prejuízo, a Febraban calculou em 300 milhões de reais as fraudes na internet

e no *mobile banking* e estimou o mesmo valor para os golpes com uso de cartões de crédito pela internet. Em 2012, foram 816 milhões de reais de prejuízo nos primeiros sete meses, informou a Febraban.

A Lei Carolina Dieckmann, proposta no ano passado pelo deputado federal petista Paulo Teixeira, surgiu como alternativa ao PL 84/99, chamado de Lei Azeredo – proposto pelo então senador e hoje deputado federal Eduardo Azeredo (PSDB-MG) –, que foi o relator e responsável por parte do texto, aprovado no Senado em 2008 e que desde então aguardava na Câmara por votação. Polêmico, o PL 84/99 ficou mais de uma década emperrado e foi tachado por ativistas da rede de “AI-5” digital, pois pretendia punir situações triviais de usuários, como o compartilhamento de músicas ou, então, o desbloqueio de celular para ser usado em outra operadora. Dos seus 22 artigos originais, apenas cinco foram aprovados no mês passado na Câmara.

De certa forma, seu conteúdo complementa a Lei Carolina Dieckmann quando tipifica como crime a utilização de dados de cartões de crédito ou débito de forma indevida ou sem autorização. No caso de falsificação de cartões, o crime equipara-se à falsificação de documento particular, com pena de um a cinco anos de prisão e multa. Além disso, a PL 84/99 prevê a retirada imediata do ar, mediante decisão judicial, de mensagens publicadas com conteúdo racista, mesmo sem processo ou investigação em curso. O projeto inclui, também, no Código Militar, punição para divulgação de dados eletrônicos que favoreçam inimigos (ver “A guerra caiu na rede”, *Retrato do Brasil* nº 63, novembro de 2012) e a criação de delegacias especializadas pelo País.

Mais abrangente, a Lei Carolina Dieckmann criminaliza a invasão de dispositivos eletrônicos alheios que estejam ou não conectados à internet – celulares, *notebooks*, *tablets* ou caixas eletrônicas de bancos – a fim de obter ou adulterar dados no sistema e conseguir uma vantagem ilícita. Por exemplo: agora, quem enviar *e-mail* com vírus pode pegar até um ano de prisão. As penas e agravantes variam conforme o tipo de ação (ver quadro).

Se a lei existisse há mais tempo, o furto das imagens da atriz global poderia ter sido enquadrado como “invasão de dispositivo tecnológico” – no caso, o

ALGUNS PONTOS DO PL 2.793/11	
Para que haja configuração de crime, a vítima precisa ir à Justiça, exceto se o crime for cometido contra o poder público	
O QUE PASSA A SER CRIME?	QUAIS SÃO AS PENAS?
Invadir dispositivos eletrônicos conectados ou não à internet e obter ou adulterar dados para conseguir vantagem ilícita	de três meses a um ano de prisão e multa; aumento de um terço à metade da pena caso a vítima seja, entre outros, presidente da República ou do STF
Produzir, oferecer ou vender programas de computadores que permitam a invasão, como os vírus de internet	de três meses a um ano de prisão e multa
Com a invasão, obter informações sigilosas, segredos comerciais e violar comunicações eletrônicas privadas, como senhas e <i>e-mails</i>	de seis meses a dois anos de prisão e multa; se houver divulgação ou venda dos dados, a pena sobe de um a dois terços
Interromper ou perturbar serviço de internet, como tirar do ar um site ou um provedor de acesso	de um a três anos de detenção; dobra-se a pena se o crime for cometido em ocasião de calamidade pública

computador dela – com os agravantes de “obtenção de conteúdo privado” e “divulgação dos dados obtidos”, cuja pena de prisão, além de multa, varia de oito meses a três anos e quatro meses.

Apesar do reconhecido avanço no enquadramento destes crimes no Código Penal, as brechas deixadas nas leis suscitaram críticas. Em entrevista à *Folha*

Lei Carolina Dieckmann criminaliza a invasão de dispositivos eletrônicos sem autorização

de S. Paulo, o advogado especialista em direito digital Victor Haikal reclama da não punição à mera invasão sem obtenção de dados ou tentativa de entrar no sistema. “Se alguém cerca a sua casa e fica procurando frestas no portão, você não chama a polícia?”, exemplificou.

Outro ponto controverso diz respeito aos programas que facilitam invasões, o que, segundo os críticos, pode prejudicar profissionais que trabalham com segurança digital, equiparando-os

a criminosos, caso de quem produz os chamados *exploit kits* – ferramentas que demonstram vulnerabilidades de um sistema com o objetivo de aprimorá-lo. “Essa criminalização pode atrasar a tecnologia brasileira em um campo extremamente estratégico, que é a segurança de informação”, disse à *Folha* Pablo Ximenes, pesquisador de segurança da informação da Universidade Estadual do Ceará, premiado duas vezes pelo Google por demonstrar falhas no Gmail.

Ainda no que diz respeito à internet no Brasil, pouco antes do fechamento desta edição a Câmara dos Deputados ainda discutia o texto final do abrangente Marco Civil da Internet, projeto do Executivo que assegura direitos e deveres no uso da rede – sem tipificar crimes –, tema de uma próxima matéria de *Retrato do Brasil*. A costura política do tema dava como certa a aprovação do Marco Civil antes ou em conjunto com as leis Azeredo e Carolina Dieckmann, mas não foi o que aconteceu. Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, participante da elaboração do Marco Civil, criticou a conduta ao dizer que se inverteu a “ordem natural” ao se regular a questão no âmbito criminal antes de no civil. “O direito penal deve ser sempre *ultima ratio*, o último recurso, quando tudo o mais falha.” ■

ESTRANH FRUTA PRECIOSA

A biografia da canção “Strange fruit” de Billie Holiday trata do poema e seus significados nos racistas Estados Unidos dos anos 1930

por Pergentino Mendes de Almeida

EM 1939, O Café Society na Greenwich Village era uma boate frequentada por esquerdistas e comunistas, o único lugar em Nova York onde negros e brancos conviviam em paz. A conversa está animada, com o movimento dos garçons entre as mesas embalado por música. Inesperadamente, apagam-se as luzes. Escuridão total. Cessa o movimento. Param as conversas. Onde estão os garçons? Que diabos está acontecendo? Silêncio.

Um fecho de luz rompe a escuridão e destaca a figura de Billie Holiday, uma negra de 23 anos, luminosa, sobre fundo negro. Ela começa a cantar:

*“As árvores sulistas dão uma fruta estranha.
Sangue nas folhas, sangue nas raízes.
Corpos negros balançam à brisa sulista,
frutas esquisitas penduradas nos álamos.*

*Uma cena pastoril do sul galante:
olhos esbugalhados, boca torta,
um suave aroma de magnólia, fresco e doce;
e, de repente, o cheiro de carne queimada.*

*Eis uma fruta para os urubus beliscarem,
para a chuva enrugar, para o vento secar,
para apadrecer ao sol, para a árvore deixar cair,
eis uma estranha, amarga colheita.”*

A música para. Um silêncio pesado reina sobre a plateia chocada. Como Billie mais tarde descreveu, foram aqueles momentos, silenciosos e tensos, os de maior ansiedade que experimentara. “Então, uma pessoa começou a aplaudir nervosamente...” E, a seguir, todos se

juntam num aplauso geral, ainda meio hesitante.

A partir daquele primeiro dia em que Billie Holiday se arriscou a cantar em público “Strange fruit”, os frequentadores do Café Society pediam-lhe sempre que a cantasse. Depois de “Strange fruit”, a orquestra atacava sem pausa um *fox-trot* dançável, para desfazer o ambiente pesado que a música deixava. Mas Billie não cantava mais nada depois de “Strange fruit”. Não cedia um bis, nem ficava no palco para receber aplausos. Era sempre um encerramento brusco, absoluto, de uma asserção firme que não admitia respostas e dispensava comentários.

Reconhecida como um clássico, considerada uma das dez músicas que realmente mudaram o mundo, “Strange fruit”

marcou a imagem de Billie – mas sempre foi pouco divulgada nas rádios. Continua, até hoje, mais ou menos desconhecida das massas. Transformou-se num sucesso estranho, que as emissoras tinham medo de divulgar e que os empresários pediam que ela não cantasse nos seus *shows*. Mas o público pedia. Levou anos até que uma gravadora tivesse peito de pensar um disco. Venderam tudo em pouco tempo.

A música associou-se a Billie a tal ponto que ela mesma haveria de alimentar o mito de que era de sua autoria. Num certo sentido, isso é verdadeiro: ela a introjetou como sua. Identificou-se com a canção aos olhos do público. Transformou-a no hino da luta pelos direitos humanos e pelas igualdades social e racial. Causava reações extremas. Havia os que se comoviam até chorar. Outros se levantavam indignados. E havia aqueles que Billie chamava de *crackers*, truculentos que protestavam, às vezes com violência, e ameaçavam-na de agressão. Mas Billie sabia se defender. Certa vez, atacou um *cracker* com uma cadeira e continuou a agredi-lo depois que ele ficou prostrado



STRANGE FRUIT - BILLIE HOLIDAY E A BIOGRAFIA DE UMA CANÇÃO

Autor David Margolick
Tradução José Rubens Siqueira
Editora Cosac Naify
Ano 2012
Páginas 142

no chão. Os seguranças da boate tiveram de arrancá-la de cima do freguês, que foi sumariamente arrastado até a rua, sem pedidos de desculpas.

Afinal, a vida havia lhe ensinado a defender-se de homens agressivos. Criada sem pais e internada num orfanato para crianças pobres, foi estuprada aos dez anos e aos 13 tornou-se prostituta. Morreu aos 44 anos, em 1959, viciada em álcool e heroína. Não foi um fim excepcional para cantores e músicos dessa época.

O livro *Strange fruit*, com o subtítulo “Billie Holiday e a biografia de uma canção” (Cosac Naify, 2012), é exatamente o que o nome diz. É a biografia de uma canção que ninguém pode ignorar. Racismo, crueldade, perversões podem participar da natureza de seres humanos normais, cristãos devotos e de boa família. Podem contaminar americanos, arianos, negros, judeus, palestinos e até brasileiros. O livro fala pouco e diz muito sobre isso, versando apenas sobre uma poesia, uma canção e uma intérprete. É uma obra-prima de David Margolick, indispensável para os apreciadores de blues, de jazz, da história, da cultura americana e da nossa. A tradução brasileira do livro de Margolick, escrito há 12 anos nos EUA, trata de um tema tabu na época, o racismo.

O autor da letra e música de “Strange fruit”, Abel Meeropol, foi um comunista judeu e branco, um professor universitário poeta, que compunha músicas. Como compositor, tornou-se mais conhecido sob o pseudônimo Lewis Allan. Publicou a letra de “Strange fruit” num periódico marxista, *The New Masses*, e depois a musicou.

Levou-a ao Café Society e pediu que Billie Holiday a cantasse. Billie topou o desafio. Mas Meeropol não esperava o sucesso que obteve. Nem sequer se deu ao trabalho de registrar a autoria da canção. “Strange fruit” era uma excentricidade, fora da estética musical da época e completamente contraditória com a imagem romântica de Billie Holiday.

Meeropol e sua esposa, Anne, foram os pais adotivos dos filhos de Julius e Ethel Rosenberg, acusados de espionagem a favor da União Soviética, depois que estes foram executados. O casal Rosenberg foi condenado e eletrocutado ao fim de um processo que é até hoje discutido. Ninguém põe em dúvida, porém, a sua sinceridade e o seu idealismo, assim como a de Abel e Anne Meeropol. Quando o casal Rosenberg foi executado,



Lawrence Beitler/Divulgação

Um dos “cartões-postais” que inspirou Meeropol a escrever a letra da canção nos anos 1930

seus filhos, Michael e Robert, ainda eram pequenos. Criados com desvelo, adotaram seu novo nome de família sem deixar de lado o afeto filial pelos pais biológicos e pelos adotivos.

De acordo com Robert (Rosenberg) Meeropol, a subsistência da família era garantida principalmente pelos direitos autorais de Lewis Allan (ou Abel Meeropol) sobre os sucessos “Strange fruit”,

Billie não cantava mais nada depois de “Strange fruit”. Não ficava no palco nem cedia um bis

“The house I live in” (sucesso de Frank Sinatra e Josh White, o pianista do Café Society) e “Apples, peach and cherries” (sucesso de Peggy Lee). Meeropol nasceu em 1903 e morreu em 1986, na Casa de Repouso Judia em Longmeadow, Massachusetts. Muitos fãs negros de “Strange fruit” não imaginavam que ela tivesse sido composta por um branco judeu nova-iorquino.

Como se vê, “Strange fruit” sempre foi um enigma: como pode uma poesia transformar-se numa canção de sucesso, deprimente e triste, que fala de morte e crueldade?

O contexto político-social dos EUA no período em que a canção foi escrita dá uma pista. Num cartão-postal dois corpos de negros pendem de uma ponte sobre um rio. Do alto da ponte, um grupo de brancos contempla-os e comemora. Este cartão é datado dos anos 30. Da mesma década em que Billie Holiday cantou ‘Strange fruit’ pela primeira vez, em Greenwich Village [...] Mas existem muitos outros desse tipo, anteriores e posteriores a esse, como o reproduzido na imagem acima, que consta do livro.

A fotografia era uma novidade, e a troca de cartões-postais, uma prática moderna, própria de gente refinada. Os linchamentos eram anunciados com antecedência e convidavam-se fotógrafos para documentá-los. Não havia o que esconder nem do que se arrepender. Ainda que ilegal, essa prática era tolerada e mesmo estimulada pelas autoridades locais. O objetivo era justamente a sua divulgação. Não que houvesse malevolência nisso, afinal os brancos não queriam exterminar os negros. A intenção era apenas assustá-los, para que “eles ficassem no seu lugar”.



LIXO VALIOSO

Descoberta derruba dogma da genética que dizia que 98% do nosso DNA não servia para nada. Feito abre novos caminhos para o estudo do genoma

por Flávio de Carvalho Serpa

ilustração Laerte Silvino

O DNA, A molécula portadora das instruções genéticas para a construção dos seres vivos, começou a ser decifrado metodicamente antes da passagem do milênio num ambicioso programa patrocinado pelo governo americano e por empresas privadas. O primeiro rascunho foi publicado em 2005, criando uma expectativa sem precedentes na história da ciência. A promessa era ter, pela primeira vez, um livro com todas as instruções químicas para a criação, o desenvolvimento e a manutenção de seres humanos. Algo como um manual do usuário que deveria vir junto com todo bebê ou qualquer outro ser vivo.

Passados mais de sete anos, nenhuma das promessas mirabolantes disparadas na época se materializou, para decepção de todos que sonhavam com a cura de doenças genéticas ou ambientais, de doenças cardíacas, do câncer e de todas as outras patologias. Até mesmo a longevidade centenária parecia estar ao alcance dos humanos mortais.

Foi um esforço em vão?

Não, não foi. Nos últimos anos, os cientistas envolvidos no trabalho perceberam que as coisas são mais complicadas do que pareciam à primeira vista. Logo em 2005, os pesquisadores ficaram surpresos quando descobriram que existiam, aproximadamente, apenas 20 mil genes funcionais. É um número irri-

sório, se levarmos em conta que cada gene teria a receita para a constituição de milhares de tipos de células diferentes, dos músculos aos neurônios, cor dos olhos, tipo de cabelo e toda a infinidade de aparências e qualidades específicas individuais de humanos de todo o planeta, do ártico gelado às planícies incandescentes da África.

Contabilizados, estes míseros 20 mil genes constituem apenas 2% de

**Eram apenas
20 mil genes
funcionais.**

**Agora, do lixo,
surgiram
mais 10 mil**

todo o material genético contido nos cromossomos. Naquele mesmo ano, os desconcertados cientistas consideraram que os restantes 98% eram o que chamaram lixo genético, sem função e acumulado no DNA como fósseis de coisas que já funcionaram milhões de anos atrás.

Na época, o dogma central da genética molecular era tão simples como as revelações religiosas da antiguidade: o DNA tem genes que produzem

RNA, o qual comanda a produção e a montagem das proteínas que formam todos os tecidos vivos, dos cabelos ao cérebro. Os trechos de DNA que não produziam proteína eram, portanto, descartáveis.

Agora, o que foi para o lixo foi esse dogma. E a decifração do DNA, que havia se embrenhado num beco sem saída, agora pode voltar ao caminho certo. Em setembro deste ano, um *pool* de pesquisadores, instituições e revistas especializadas publicou um vasto material derrubando o antigo conceito de gene e revelando uma espetacular atividade reguladora e funcional nas regiões do DNA que eram tidas como lixões genéticos.

O projeto Encode, sigla inglesa para Enciclopédia de Elementos do DNA, descobriu, depois de dez anos de trabalho, pelo menos 10 mil novos genes ativos no meio do lixo que, embora não codifiquem proteínas, exercem um papel regulador naqueles que o fazem. São como freios ou aceleradores do funcionamento dos genes produtores de proteínas. A primeira grande constatação é que doenças genéticas nem sempre vêm de proteínas danificadas de material genético mutante. As doenças podem vir de um gene perfeitamente normal, mas que está sendo turbinado para produzir proteínas em excesso ou, então, silenciado a ponto de não produzir nada.

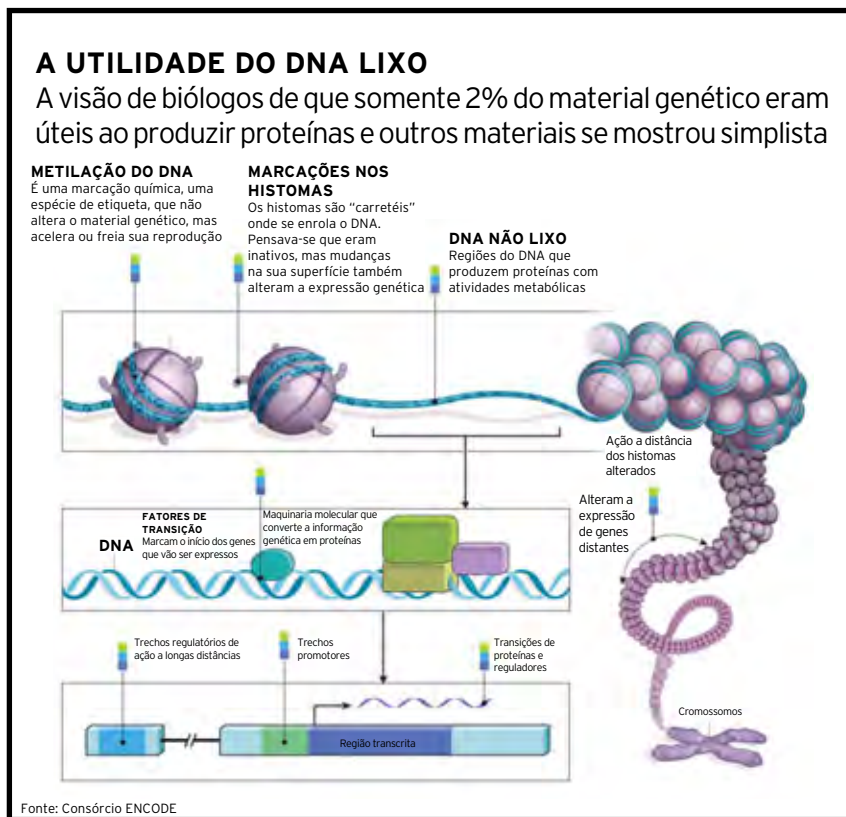
O Encode foi um dos maiores trabalhos colaborativos já realizados pela ciência. Trata-se de um consórcio que reuniu 442 pesquisadores e especialistas de 32 instituições mundiais. Os resultados foram publicados em 30 revistas especializadas diferentes, entre as quais a *Science* americana e a

Nature britânica. Usando equipamentos sofisticados baseados em análise computadorizada, eles gastaram o equivalente a 300 anos de tempo de computador, em rede planetária. Examinaram minuciosamente 147 tipos básicos de células, submetendo-as a diferentes experimentos para saber quais partes do DNA delas estavam ativas. Aí incluíram partes residentes do que se achava, antes, ser o lixo.

É uma tarefa colossal. Células do cabelo, por exemplo, estão com quase todo o DNA silenciado, ou desativado. Basicamente, produzem apenas a proteína queratina, constituinte dos pelos capilares. Já as células hepáticas, do fígado, demonstram uma atividade furiosa, com quase 30% de seu DNA ativo, produzindo centenas de metabólitos diferentes. Surpreendentemente, os pesquisadores descobriram que as “chaves” de liga/desliga das células hepáticas variam consideravelmente conforme sua localização no fígado.

Os resultados garimpados pelo Encode foram classificados como gratuitos e de livre acesso para todos os especialistas interessados. Mas são tão volumosos que o Encode teve de criar um sistema de consulta original. É literalmente impossível consultá-los na forma impressa em livros ou no papel das revistas. O portal do Encode tem um *software* que dividiu os dados em 13 especialidades diferentes dos 30 *papers* originais. Porém, como os trabalhos são multidisciplinares, a consulta seria caótica. O portal pode personalizar o foco da pesquisa de cada interessado, fornecendo a trilha pelos longos meandros da base de dados completa. É como se esse *software* fosse um Google que fornece apenas o resultado certo, sem aquelas milhares de opções de besteiras *on-line*.

Mas o trabalho do Encode não teria sido bem-sucedido se não fosse outro consórcio colaborativo de pesquisadores, o GWAS (sigla inglesa para Estudos de Associações do Genoma Completo). Este consórcio coletou e analisou uma enorme quantidade de DNA de pessoas saudáveis para comparar as amostras às de pacientes doentes, com qualquer tipo de doença ou disfunção. Os primeiros resultados foram publicados em 2006 e já revelaram algo desconcertante



para os cientistas. Na maioria esmagadora dos casos, as regiões do DNA associadas a doenças, do câncer aos problemas cardíacos, caíam em áreas do DNA lixo, e não, como se acreditava antes, dentro de regiões de genes ativos, produtores de proteína. Ou seja, a maioria das doenças genéticas pode não ter origem em mutações ou defeitos nos genes. Mesmo que os genes associados a doenças estejam íntegros, sem mutações ou estragos ambientais, a doença pode aparecer depois de ser disparada por uma sequência de genes que estejam no DNA lixo e não produzam diretamente proteínas.

Descobriu-se, agora, que esses genes não produtores de proteína podem, eventualmente, produzir pequenas moléculas de RNA que atuam como reguladoras das atividades dos genes produtores de proteínas ou substâncias metabólicas, funcionando como se fossem torneiras que regulam a atividades dos genes nobres – aqueles parcos 20 mil detectados antes.

Outros desses genes do lixo funcionam por meio de docas onde uma molécula mensageira atraca e

abre o DNA para fazer uma cópia de instruções. Há os que produzem marcações no DNA que podem até ser transmitidas de geração em geração, num processo chamado metilação ou mudança epigenética. Finalmente, as descobertas revelam a falência de outro mito importante. Acreditava-se que o DNA era lido como se fosse uma longa fita de instruções com aproximadamente três bilhões de bases ou letras químicas. Agora, sabe-se que a leitura feita nas células envolve uma estrutura tridimensional, ou 3D. É mais uma complicação para os já espinhosos métodos de análise.

Mas isso faz parte do método de funcionamento da ciência e não intimida os pesquisadores. Todos os cientistas envolvidos concordam que há muito trabalho e tempo pela frente antes de essas descobertas chegarem a uma solução clínica para uso dos doentes. Afinal, trata-se de apenas uma década de investigações científicas num campo do conhecimento cujas conclusões, durante milênios, eram tiradas de fatos empíricos desconjuntados ou, na pior das hipóteses, de revelações religiosas ou de simpatias esotéricas. ■

AS MORTES DE MARIA AUGUSTA THOMAZ

A história de uma moça cuja memória viverá: ela pegou em armas contra a ditadura e não temia a morte, mas morreu quatro vezes

por Renato Pompeu



UMA BIOGRAFIA PIONEIRA no resgate da memória de uma brasileira de luta. Eis o que nos reserva o livro *Luta armada/ALN-Molipo – As 4 mortes de Maria Augusta Thomaz*, de autoria do jornalista goiano Renato Dias. A apresentação já diz quem foi Maria Augusta Thomaz: “Preso no Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Ibiúna (SP), no ano de 1968, a bela estudante de Filosofia [...] sequestrou, em 1969, um avião em Buenos Aires, desviou-o para Cuba, fez treinamento de guerrilha na ilha de Fidel Castro e fundou o Molipo (Movimento de Libertação Popular). Mais, soltou bomba na Esso, atacou o Consulado da Bolívia, foi baleada, recuperou-se e acabou assassinada em 17 de maio de 1973, em Rio Verde (GO), aos 25 anos de idade. Mesmo morta, a Justiça Militar a condenou. A sua sepultura foi violada no dia 31 de julho de 1980. Os seus restos mortais desapareceram. Mulher que amava a revolução, morreu quatro vezes”. Ou seja, Maria Augusta morreu, para a família e para os estudos, quando entrou para a clandestinidade; morreu quando foi assassinada; morreu quando seus restos mortais foram violados e roubados por agentes desse mesmo regime militar, que ocultava a sua morte; e morreu finalmente quando foi feita a sua certidão de óbito. O biógrafo Renato Dias conhece na carne o sofrimento da família de Maria Augusta: seu irmão Marcos Antônio Dias Batista, adolescente e também militante contra o regime militar, desapareceu quando tinha 15 anos de idade, nos anos 1970, e nunca mais foi visto. A qualidade de seu livro é irregular, principalmente na reconstrução dos contextos sociais, políticos e econômicos em que transcorreu a vida de sua heroína e no que se refere à vida pessoal da jovem militante. É inegável, porém, que ele consegue resgatar a grandeza humana da vida de sua biografada.

Maria Augusta Thomaz nasceu em 1947, na pequena cidade de Leme, no

interior paulista, primogênita de um casal de classe média: o pai, dentista de ascendência síria que se tornou professor, e a mãe, uma professora de ascendência alemã. Depois, viriam três irmãos e uma irmã. Maria Augusta havia puxado a mãe e era loura de olhos verdes; ao crescer, se tornou uma moça cuja beleza chamava a atenção de todos.

A família tinha casa própria, carro e telefone, um padrão de vida bastante alto naquele Brasil da passagem dos anos 1940 para os anos 1950, um País então predominantemente agrícola. Maria Augusta, sempre boa aluna, foi normalista, curso do qual sairia em 1965 com o diploma de professora primária e com direito de prestar vestibular para qualquer faculdade. Nesse período o País se via tumultuado pela renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, a oposição dos ministros militares à posse do vice-presidente, João Goulart, a vitoriosa Campanha da Legalidade, que pôs Goulart no poder, a efervescência das camadas populares nas lutas pelas reformas de base e o golpe antipopular de 1º de abril de 1964.

Por outro lado, naquele início dos anos 1960 ocorria, a par de uma criativa fermentação política em diferentes países capitalistas e socialistas, também uma reformulação em escala mundial dos padrões de comportamento, em especial das relações entre os sexos, com uma progressiva emancipação, inclusive sexual, das mulheres. E Maria Augusta não ficaria imune a essas duas vertentes de mudanças. Depois de ter namorado firme e até mesmo ter ficado noiva de

um jovem de seu mesmo nível social, no conservador ambiente de Leme, ela causou certo tumulto em sua família ao romper o noivado e se relacionar com um surdo-mudo trabalhador numa propriedade rural e que, ainda por cima, era separado da esposa.

O episódio indica que ela já se sentia vinculada emocionalmente aos mais desvalidos. No entanto, a política logo embebeu a sua vida. Enquanto dava aulas no primário numa escola rural, foi aprovada no vestibular de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e transferiu-se para a capital do estado. Morou num pensionato e passou a viver o ambiente da vida estudantil militante daqueles dias. A combativa União Nacional dos Estudantes de então tinha sido proibida pelas autoridades governamentais e o movimento estudantil entrou para a clandestinidade. Mesmo assim, promoveu grandes manifestações de rua. Maria Augusta ingressou no clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB, hoje PPS), mas logo aderiu a uma tendência mais combativa do velho Partidão, a Dissidência Comunista. Já no segundo semestre de 1968, como centenas de outros participantes do Congresso da UNE realizado clandestinamente em Ibiúna (SP), foi presa pelos agentes da repressão.

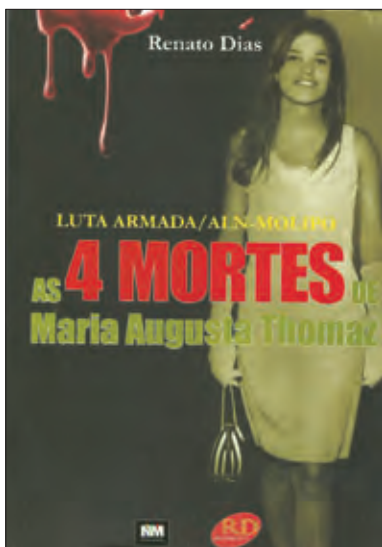
Logo foi solta, mas já estava fichada pela polícia política do regime militar. Em outubro houve a chamada Batalha da Rua Maria Antônia, onde ficavam a contestadora Faculdade de Filosofia da USP e a conservadora Universidade Presbiteriana Mackenzie, batalha em que morreu baleado o estudante esquerdista Josué Guimarães. Paralelamente se desen-

volvía a crise entre o governo militar e o Congresso Nacional que redundaria, em 13 de dezembro de 1968, no chamado golpe dentro do golpe, o Ato Institucional número 5, que fechou o Congresso e restringiu duramente as liberdades públicas. Chegava ao fim a era das passeatas.

No *réveillon* de 1968 para 1969, num apartamento do famoso Edifício Copan, na zona central de São Paulo, houve uma discussão entre estudantes a respeito da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização de guerrilha urbana fundada pelo veterano líder comunista Carlos Marighella, cansado do que considerava a inútil atividade apenas política contra o regime militar preconizada pela direção do PCB. Entre aqueles estudantes no apartamento do aluno de arquitetura Antônio Benetazzo, ligado ao então presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), José Dirceu, o mesmo agora condenado no chamado processo do mensalão, incluíam-se Maria Augusta e seu namorado, José Wilson Lessa Sabag, que fora casado com outra mulher, tinha uma filha e levava a nova companheira para a ALN. O jovem casal, assim como os demais, concordou com a análise política de Marighella segundo a qual estavam esgotadas as possibilidades da luta legal e pacifista contra o regime militar e se deveria optar pela luta armada.

Outras organizações também tinham optado pela luta armada, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (ainda hoje existente), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Nesse contexto é que se deve entender o que aconteceu naquele *réveillon*: sem que os demais participantes percebessem, um grupo de cinco estudantes, do qual fazia parte Maria Augusta, abandonou a festa, saiu em dois carros, roubou duas armas curtas e três longas e voltou para o Copan. Assim como ocorreu com Maria Augusta, todos os demais que participaram dessa ação acabaram, ao longo dos anos, mortos por agentes do regime militar, com exceção de Paulo de Tarso Venceslau, único sobrevivente, que depois foi ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), do qual saiu acusando vários dirigentes de corrupção.

Esse roubo foi o batismo de fogo de Maria Augusta na luta armada. Em seguida, ela passou, com outros 12 jovens, a integrar o Grupo Tático Armado nú-



**LUTA ARMADA/ALN-MOLIPO -
AS 4 MORTES DE MARIA
AUGUSTA THOMAZ**

Autor Renato Dias
Editora Editora RD/Movimento
Ano 2012
Páginas 240

Guerrilheira altamente treinada, carregou na bolsa a bomba durante o sequestro do avião da Varig que a levou com outros companheiros para Cuba

mero 2 da ALN, conhecido como GTB. A primeira ação do GTB, em 11 de julho de 1969, foi o assalto a um salão chique de cabeleireiro da próspera alameda Jaú, na região da famosa avenida Paulista, onde foram lançados panfletos e obtido dinheiro para sustentar as atividades políticas e a própria sobrevivência dos militantes, além das perucas para serem usadas como disfarces em outras ações. Ainda em julho e agosto e até 3 de setembro, Maria Augusta participou de várias outras ações: assaltos a um supermercado, ao Centro Cultural Brasil-EUA, ao Curso Objetivo, às instalações dos transmissores da Rádio Nacional – hoje Rádio Globo, onde transmitiram um discurso político previamente gravado, de convocação para a luta contra o regime militar – e à fábrica Berse, de onde levaram material cirúrgico para equipar uma clínica clandestina que atenderia guerrilheiros urbanos feridos em combate.

Em 3 de setembro de 1969, quatro integrantes do grupo, entre eles Maria Augusta e Sabag, foram descontar um cheque roubado do Curso Objetivo, numa agência de banco no térreo do Edifício Itália, o segundo mais alto de São Paulo, bem na zona central. Desconfiado do

cheque, um funcionário do banco chamou um guarda e houve tiroteio. Sabag baleou o guarda e foi baleado no braço. Os integrantes do GTB fugiram, mas o rastro de sangue levou a polícia até o apartamento em que Sabag se havia refugiado. No novo tiroteio, morreram Sabag e o soldado da Polícia Militar João Guilherme de Brito. Outros integrantes do GTB foram presos, mas Maria Augusta conseguiu escapar. Entretanto, ela tinha deixado sua carteira de estudante, com nome e foto, num dos carros usados na ação, apreendidos pela Polícia. Em outras palavras, ela teria de entrar na clandestinidade, adotar outro nome e deixar de ter contato com a família.

No dia seguinte, 4 de setembro, o GTA número 1 da ALN, em colaboração com outros grupos, sequestrou no Rio de Janeiro o então embaixador americano, Charles Burke Elbrick, talvez a ação mais famosa da guerrilha urbana no Brasil. Para não matarem o embaixador, os sequestradores exigem e conseguem a libertação de presos políticos como José Dirceu, o líder comunista Gregório Bezerra e o ativista Ricardo Zaratini, embarcados para o exterior. A 25 de setembro, policiais da capital vão para Leme, à procura

de Maria Augusta; frustrados, passam a grampear o telefone da casa da família e, a 28 de outubro, gravam uma ligação de Maria Augusta para a mãe e conseguem localizar o telefone de onde ela ligou, em São Paulo.

Mas, mandada pela ALN, ela já estava clandestinamente em Buenos Aires e, a 4 de novembro de 1969, no mesmo dia em que Mari ghella foi assassinado pela polícia política em São Paulo, entrou, com um grupo de companheiros também clandestinos, num avião da Varig – grande empresa brasileira de aviação na época, comprada pela Gol em 2006 – que ia para o Chile. Em meio à viagem, armados, liderados pelo pianista Aylton Adalberto Mortari, que se tornaria o novo namorado de Maria Augusta, os jovens dominaram a tripulação e mandaram o avião seguir para Cuba. Considerada uma guerrilheira altamente treinada, Maria Augusta foi encarregada da parte mais perigosa da ação: carregava na bolsa uma bomba de alto teor explosivo, que, se caísse ao chão, explodiria e levaria o avião à destruição e todos os seus ocupantes à morte.

Em Cuba, ela, Mortari, os demais sequestradores do avião e companheiros da ALN que já estavam na ilha, como José Dirceu, foram submetidos a meses de duro treinamento militar, aprendendo tanto guerrilha urbana, na qual já tinham se iniciado, quanto guerrilha rural. Quando não estavam treinando, discutiam política. Chegaram à conclusão de que a ALN havia abandonado a luta política, propagandista e organizatória entre as grandes massas da população, isolando-se como vanguarda armada. Saíram da ALN e fundaram em 1970, ainda em Cuba, o Movimento de Libertação Popular (Molipo), do qual fazia parte, além de Maria Augusta, Mortari e José Dirceu, também José Roberto Arantes de Almeida, um ex-estudante do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) expulso da escola pelos militares. No total, havia cerca de 30 integrantes.

Marighella, assassinado, e Aylton A. Mortari, namorado de Maria Augusta, desaparecido



Enquanto outros grupos que criticavam a luta exclusivamente armada a abandonaram totalmente, os integrantes do Molipo decidiram continuar a ação armada, mas procurando combiná-la com ações políticas de massas. Segundo observadores citados por Renato Dias, mesmo assim o Molipo, enquanto durou, não conseguiu sair do isolamento que tanto criticava. Como estava ocorrendo o chamado “milagre econômico” do regime militar, financiado por grandes empréstimos externos, grande parte das camadas populares vinha melhorando de vida e não se considerava prejudicada a tal ponto que quisesse aderir a um movimento armado. Os guerrilheiros entraram, então, num círculo vicioso em que a luta armada, sem eco político, se tornou o único caminho pelo qual podiam sobreviver fisicamente.

No começo de 1971, Arantes e o casal Maria Augusta e Mortari retornaram ao Brasil e continuaram fazendo ações armadas: assaltos a um cartório de registro civil, para obterem impressos que permitissem a elaboração de documentos de identidade falsos; a uma gráfica, para conseguirem uma impressora offset; a um carro da radiopatrulha que era lavado num posto de gasolina, do qual pegaram uma metralhadora e dois revólveres; a um posto do Ministério do Trabalho, no bairro paulistano do Ipiranga; ao restaurante Bierhalle, no bairro de Moema, na época a maior cervejaria da cidade; e a uma radiopatrulha em São Caetano do Sul, no ABC paulista, vizinho à capital, quando balearam o policial Norival Ciciline.

A 9 de outubro de 1971, Maria Augusta participou do lançamento de uma bomba no Consulado da Bolívia, no centro de São Paulo, a 70 metros da sede da Secretaria da Segurança Pública. A ação lembrava o assassinio, quatro anos antes, de Che Guevara em território boliviano. No mesmo mês, Maria Augusta ajudou a assaltar uma loja do bairro de Mirandópolis e realizou pichações na USP e na PUC-SP em memória de Mariaghella. No fim de outubro, ajudou ainda a lançar uma bomba num escritório da Esso no terceiro andar de um prédio na rua Pedro Américo.

Já em novembro, Maria Augusta e Mortari estavam em ação no bairro popular paulistano do Jardim Miriam, na zona sul, e no bairro também popular da



Reprodução

No curso de filosofia em 1968: ano de sua 1ª prisão, durante o congresso da UNE, em Ibiúna

Brasília, da zona norte, para protestos contra o aumento das tarifas de ônibus. No dia 4, Mortari saiu num carro roubado para ir pagar a conta de água da casa em que morava com Maria Augusta e Arantes, no bairro da Vila Prudente, na zona sul. Uma viatura policial identificou o carro roubado, o parou e Mortari reagiu a tiros. Foi preso e nunca mais se ouviu falar dele. É “desaparecido político”. O talão da conta de água levou ao endereço na Vila Prudente, onde foi encontrado e morto José Roberto Arantes.

Maria Augusta não estava em casa e, ao chegar à rua, soube do acontecido e escapou. Mas, no dia seguinte, tinha um “ponto”, um encontro marcado clandestinamente com um companheiro de grupo. Mas esse “ponto”, na rua Turiassu, na zona oeste, era conhecido da repressão e ela e o companheiro foram baleados pelos agentes que vigiavam o local. O companheiro caiu e morreu após ser preso, mas Maria Augusta, mesmo ferida nas costas, na altura da cintura, conseguiu fugir, atirando contra os policiais. Ela conseguiu tomar um táxi e rumou para a avenida Lins de Vasconcelos. Dalí um companheiro a levou a uma casa na Vila Sônia, onde foi extraída a bala. Apesar de ter perdido dois namorados mortos em combate, em um mês ela estava pronta para outra.

Em dezembro de 1971, participou do assalto a uma fábrica de roupas no bairro do Brás. O produto do roubo foi distribuído para pessoas carentes no bairro de Sapopemba, na zona sul. Na passagem de 1971 para 1972, o Molipo tinha sido prati-

camente dizimado, e Maria Augusta teve de abandonar a vida urbana para refugiar-se no interior de Goiás e tentar instaurar a guerrilha rural. Usando contatos políticos, abrigou-se com companheiros num rancho em Jataí (GO). Agentes da repressão, por meio de torturas a companheiros presos, conseguiram localizar o rancho em maio de 1973 e, antes de entrarem, logo mataram um companheiro de Maria Augusta. Já dentro da casa, ela, que dormia, foi morta na cama.

Os agentes ordenaram que moradores próximos enterrassem os corpos no terreno do próprio rancho. Meses depois, mesmo morta, ela foi condenada “à revelia” pela Justiça Militar. A história vazou para o jornalista Antônio Carlos Fon, que em agosto de 1980 trabalhava em Goiânia. Ao chegar às covas ele descobriu que pouco antes de sua vinda agentes da repressão tinham violado as sepulturas e sumido com os restos mortais. Só restaram uns poucos ossinhos e dentes.

Maria Augusta morreu sem saber que um de seus instrutores de guerrilha em Cuba era agente da CIA, a qual informou as atividades do Molipo às autoridades brasileiras. Essa é uma das revelações do livro de Renato Dias, que conta ainda com textos de destacados militantes contra o regime militar, todos testemunhas do que foi Maria Augusta Thomaz: uma jovem que lutou pela libertação política do País. Uma jovem que não temia a morte e morreu quatro vezes. Sua memória, no entanto, viverá. ■



Reprodução

DO BOTA-ABAIXO AO PAC SOCIAL

A iniciativa do governo federal de valorizar as favelas do Rio de Janeiro deve ser vista numa história de iniciativas sem muita conexão

por Ana Castro*

RIO DE JANEIRO e favela são termos que, no geral, andam juntos. Quando pensamos na Cidade Maravilhosa, dificilmente deixamos de nos lembrar, ao lado do samba e das praias, das suas favelas – Rocinha, Morro do Alemão, Favela da Maré, entre outras. Tal ligação tem uma explicação simples. As favelas, no Brasil, nasceram no Rio e lá tiveram um crescimento vertiginoso. *Favela como oportunidade*, de João Paulo dos Reis Velloso, Marília Pastuk e Vicente Pereira Jr., procura mostrar a “oportunidade” de investir na favela. Foi organizado a partir do Plano de Aceleração Econômica (PAC) do governo federal e pretende contribuir para que as propostas sociais deste plano saiam do papel.

O problema da “habitação subnormal”, segundo o jargão, ou da moradia precária

com ocupação de terreno público ou particular, vem de longa data. As favelas começam a surgir com a modernização do Rio de Janeiro, a partir da reforma urbana de Pereira Passos, que governou a então capital federal logo após a proclamação da República. Entre 1903 e 1906, para que se criasse a Avenida Central – hoje Rio Branco – e abrisse ou alargasse uma série de outras ruas, foram desalojadas mais de 30 mil famílias dos antigos sobrados coloniais do centro da cidade, muitos dos quais já transformados, àquela altura, em cortiços. As ações de Passos, conhecido como Bota-Abaixo, casadas com a vacinação obrigatória, renderiam uma semana de revolta popular em novembro de 1904, com cerca de 30 mortos e uma centena de feridos, além do exílio de milhares no Acre. São daquela

época as primeiras ocupações dos morros do entorno do centro, inclusive do Morro da Favela, que teria dado nome ao tipo de casa dos que começavam a viver ali.

De lá pra cá, os problemas multiplicaram-se. Até 1940, as favelas nem apareciam nos mapas oficiais. Nos anos 1950 a 1970, o poder público investiu para removê-las, ao menos das áreas visíveis da zona sul, a fim de liberar terrenos e negócios para uma iniciativa privada ávida por imóveis. O episódio do desalojamento da favela do Morro da Catacumba é paradigmático dessa ação. Ela ficava em um terreno privilegiado, entre os bairros de Leblon e Ipanema, com vista para a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Após alguns incêndios criminosos, os moradores foram transferidos à força, em parte para assentamentos provisórios na zona norte, dando origem a novas favelas, e em parte para os conjuntos habitacionais recém-construídos em Vila Kennedy e Cidade de Deus, inaugurados em 1968 sem água, sem luz e sem transporte, a algumas dezenas de quilômetros do centro do Rio. Com isso, uma população minimamente integrada à cidade por meio dos bicos e

serviços nos bairros da zona sul viu-se subitamente empurrada para as margens da cidade.

Nos anos 1980, o tráfico de drogas passou a gerenciar estes novos espaços urbanos abandonados pelo Estado. O tráfico incorporou contingentes populacionais significativos, sobretudo dos extratos mais jovens da sociedade, dando emprego, promessa de inserção no grupo, remuneração melhor e estabilidade – até, é claro, eles serem “apagados” por um grupo rival, pela polícia ou por bala perdida.

Nos anos 1990, o Rio viveu a explosão dessas ocupações. Foram favelizadas enormes áreas da zona sul, mas sobretudo nas zonas norte e oeste, onde sobrava espaço e faltava interesse do capital imobiliário. A baixada e os morros ao longo da via Dutra iriam se transformar, em algumas poucas décadas, numa série de “complexos” – nome dado a cada conjunto de comunidades com alguma afinidade –, como o do Alemão, o da Maré, o do Borel etc. Enquanto isso, os morros da zona sul que conseguiram resistir às tentativas de desocupação – em Copacabana, no Leme, em Botafogo, em Ipanema, em São Conrado – viam as casas serem transformadas em prediões, às vezes com até nove pisos, devido ao espaço exíguo e ao crescimento da população.

É desta situação que trata o livro. Os autores apresentam uma extensa e dedicada pesquisa reunindo material acadêmico e empírico das últimas décadas e recuperando as ações efetivas do PAC em cada comunidade estudada. Ouvem também as lideranças, para apresentar cada comunidade por seus representantes. Elaboram um plano de desenvolvimento para elas, que vem resumido já nas páginas iniciais.

A principal questão a ser enfrentada, dizem, é a da regularização fundiária. No entanto, eles mesmos apontam para o

cuidado que se deve ter nesse momento de crescimento da pressão imobiliária em áreas da zona sul. A regularização, bandeira antiga dos movimentos sociais, pode agora servir à especulação, a qual, em tempos de Olimpíadas e de Copa do Mundo, só cresce.

A pressão se dá também com o aumento real dos custos da moradia, na medida em que a formalização implica a adesão aos sistemas de infraestrutura pagos. Falta água dia sim, dia não na favela do Pavão-Pavãozinho, mas não em Ipanema e no Leblon. No entanto, a tarifa é a mesma – e o livro mostra. A solução seria uma tarifa social, em discussão pelo governo do

A partir do PAC a obra avalia as diversas “oportunidades” de se investir nas favelas do RJ

Estado, que garantiria aos mais pobres uma incorporação paulatina à cidade formal.

O livro discute também a possibilidade de exploração do potencial turístico da região. A vista privilegiada a partir dos morros atrairia um fluxo de turistas dispostos a hospedar-se nas comunidades ou a apenas conhecer o lugar e seus moradores. Safári na África, autodescobrimento em Santiago de Compostela ou visita à favela do Rio com direito a baile *funk*... tanto faz. Os folhetos em qualquer *lobby* de hotel no Rio confirmam. É isso que se pretende explorar?

Na zona sul, os autores trabalham com três favelas, Rocinha, em São Conrado e Gávea, Pavão-Pavãozinho, em Ipanema, e

Cantagalo, em Copacabana. Apresentam as especificidades de cada uma delas, reconstituem suas histórias, com depoimentos e dados censitários, e apontam as necessidades específicas de cada uma. O problema maior ali é, de fato, a regularização fundiária.

Na zona norte, a situação é mais complicada. Borel e Manguinhos são os dois complexos analisados. Nesses locais, não se nota pressão imobiliária, mas a situação socioeconômica é muito mais precária.

O Borel ainda está na cidade, porque pertence à Tijuca, um dos primeiros bairros da zona norte do Rio. E tem seus moradores integrados graças aos empregos de baixos salários da região central. A ocupação de Manguinhos é datada do início do século XX, com o desmonte do Morro do Castelo. Porém, em Manguinhos, nem a presença do famoso Instituto Oswaldo Cruz nas vizinhanças garantiu atenção maior por parte do poder público.

A população cresceu com a instalação de uma zona industrial e do ramal ferroviário, em fins do século XIX, e a abertura da via Dutra, já nos anos 1940. A área serviu para receber os desalojados da zona sul em levas sucessivas, e nela o governo criou assentamentos “provisórios”, os quais contribuíram para a favelização da área: rapidamente passaram à categoria de definitivos devido ao abandono, mantendo os problemas de esgotamento sanitário, abastecimento regular de água e coleta de lixo, somados aos da falta de oportunidade decorrentes da perda de vigor da industrialização.

Os autores defendem a regularização fundiária, a melhoria da infraestrutura básica e propõem que essas providências sejam associadas ao apoio e fomento às ações culturais, de ensino, de empreendedorismo e voltadas ao turismo. Ao longo do livro fornecem, ainda, um painel das atuações nessas localidades da igreja católica progressista em diversas oportunidades, do governo Leonel Brizola na década de 1980 – com destaque para a implantação dos famosos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep) – e das intervenções do programa Favela Bairro nos anos 1990. A pergunta que fica ao fim do livro é: de que forma as ações sociais atuais do governo federal com os PACs se encaixam nessa história? É evidente a descontinuidade. E a dificuldade de encarar as favelas como algo estrutural da cidade, também. ■

* Arquiteta e urbanista, professora na Escola da Cidade.



FAVELA COMO OPORTUNIDADE: PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE FAVELAS PARA SUA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Autores João Paulo dos Reis Velloso (coord.), Marília Pastuk e Vicente Pereira Jr. (pesq.)

Editora INAE

Ano 2012

Páginas 452

FASCINADO POR LENIN

A obra do húngaro Lukács, coeditor da revista da Terceira Internacional, fala sobre os principais feitos teóricos do líder da Revolução Russa de 1917

por Marcelo Braz*

SAIU, HÁ POUCO, uma nova e bem cuidada edição brasileira de um pequeno e importante livro de György Lukács (1885-1971), *Lenin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*, escrito logo após a morte do revolucionário russo, em janeiro de 1924, e que inclui o significativo posfácio do autor para a edição alemã de 1967. Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), um dos pioneiros na tradução e difusão de Lukács no Brasil, afirma, numa das apresentações do livro, que ele mostra, “com clareza e competência, algumas das principais conquistas teóricas do líder bolchevique, como a teoria do partido revolucionário, a definição da etapa imperialista do capitalismo e a importância atribuída por Lenin à necessidade de ‘fazer política’, a ‘realpolitik revolucionária.’” Estes são, de fato, os traços mais relevantes da obra de Lenin, por quem Lukács demonstra, nos seis capítulos de seu livro, um contagiante fascínio.

Esse fascínio explica-se por um momento muito especial de convergência nas trajetórias de Lukács e do movimento comunista. Em 1924, os comunistas viam-se diante de vários problemas: a disputa em torno do legado de Lenin e

pela direção do Partido Comunista da União Soviética; os desafios econômicos e políticos para a afirmação da Revolução Russa, agravados por ataques das potências ocidentais; e as dificuldades de expandir a revolução para o ocidente.

A história de Lukács, marxista e comunista húngaro, tem a ver com essas dificuldades. Ele foi vice-comissário do Povo para a Cultura e a Educação da República Soviética da Hungria, inspirada pela Revolução Russa, instalada após a queda da monarquia dos Habsburgo em 1919 e esmagada depois de poucos meses de existência pela intervenção do exército da Romênia. Lukács, depois desta experiência, foi viver na Áustria, em Viena, e tornou-se coeditor da *Kommunismus*, a revista teórica da Terceira Internacional, o movimento criado por Lenin em 1919 para expandir as ideias da revolução. Nessa tarefa, Lukács deu início a um crescente aprofundamento do seu conhecimento do marxismo. É desse período inicial, por exemplo, a publicação, em 1923, daquela que se tornou sua mais conhecida e polêmica obra, *História e Consciência de Classe*.

O texto sobre Lenin é de uma segunda etapa da evolução teórica



Da esquerda para a direita: Lenin, Kautsky e Bernstein

de Lukács. Ele mesmo comenta essa evolução no posfácio citado: “Parece-me importante destacar os pontos em que minha posição, baseada na obra de Lenin, chegou a resultados que ainda hoje conservam certa justificativa metodológica como momento de rejeição do stalinismo; nesses momentos, a devoção do autor pela pessoa e pela obra de Lenin não o desviou do bom caminho”. Ele tem razão, mas não apenas para a crítica do stalinismo. O ponto de vista da totalidade – que Lukács já cultivava desde 1919, quando o expôs no célebre ensaio “O marxismo ortodoxo”, fez com que ele apreendesse o melhor de Lenin: justamente seu modo de pensar a realidade a partir de “permanentes análises concretas de situações concretas”. O afastamento de Lukács do tratamento ideal-abstrato da história, que ele consolidaria ao longo de uma fecunda e vasta obra, já aparece no livro sobre Lênin. Lukács fala da obra do líder comunista como exemplo genial de uma teoria, “o ponto culminante da autêntica teoria”, que apreende a história como produto da atividade do homem, da práxis social, interpretando-a como totalidade viva, concreta e contraditória.



Reprodução

Nos seis capítulos sobre Lenin, Lukács reproduz cada uma das teses fundamentais do pensamento do revolucionário russo. No primeiro deles, ao afirmar que Lenin foi “o maior pensador que o movimento revolucionário dos trabalhadores concebeu desde Marx” rebate tanto os defensores da pura ortodoxia de Karl Marx, como Karl Kautsky – uma espécie de herdeiro da obra de Marx após a morte de Engels –, quanto os que a criticavam, como Eduard Bernstein, considerado o primeiro grande revisor do marxismo e um dos criadores da social-democracia.

Lenin não se confunde com qualquer forma de utopismo infundado de cariz esquerdista, diz Lukács. A atualidade da revolução só pode ser conhecida a partir do “todo sócio-histórico” que, ao ser revelado em suas situações concretas, mostra o caráter revolucionário ou contrarrevolucionário de cada uma das contradições do presente. E é isso que distingue o marxismo de Lenin. Ele busca, como diz Lukács, tornar “clara a essência verdadeira de uma época, sua tendência principal, viva e efetiva”. E também, continua Lukács, “vê por trás do conjunto dos eventos de

seu tempo a vigência dessa tendência e trata dessas questões decisivas de toda a época, mesmo quando pretende tratar apenas dos problemas mais imediatos do presente”.

Nos dois capítulos seguintes, a questão da revolução na Rússia é analisada a partir da caracterização do

Lenin, diz Lukács, não tinha a ilusão de ligar o desenvolvimento capitalista ao da democracia

desenvolvimento peculiar do capitalismo no país como chave para elucidar a formação social e o papel das classes sociais em presença. Com um olho nas análises de Marx acerca das experiências revolucionárias da burguesia no século XIX e outro na decadência ideológica dessa mesma burguesia, Lenin não tem

qualquer ilusão que vincule o desenvolvimento capitalista à democracia, diz Lukács: “Como demonstram os fatos, tanto o capitalismo quanto o imperialismo desenvolvem-se sob qualquer forma política, podendo submeter-se a qualquer uma delas”.

Esse é o caminho que faz Lenin enxergar, para além de seus contemporâneos, o papel autônomo, de classe, que poderia e deveria desenvolver o proletariado na revolução, acima do “conceito caótico de ‘povo’ e rompendo com esse conceito”. Esse caminho foi-lhe possível porque soube identificar a forma específica pela qual se desenvolvia o capitalismo russo. Tal ruptura permitiu-lhe superar a perspectiva agrário-comunista dos populistas russos. O papel dos camponeses foi desnudado na análise da própria estrutura social russa, que “criou as bases objetivas para a aliança do proletariado com o campesinato” para a revolução cuja “classe dirigente” é o proletariado.

Através deste entendimento, estrutura-se o partido como a organização política que, por meio de um profundo conhecimento histórico da realidade, se insere nas massas arrancando delas ▶

aquilo que ainda é um germe de consciência de classe. O partido leninista é aquele que atua para acelerar o processo de amadurecimento do que ainda é tendência revolucionária, preparando o proletariado “ideológica, tática, material e organizacionalmente para a ação necessária na situação revolucionária”. O partido não é nem a organização que se constituiu como o pressuposto do processo revolucionário, como dizia Kautsky, e nem um “produto do movimento revolucionário das massas”, como queria Rosa Luxemburgo. Como observa com clareza Lukács: em Lenin, “a função do partido na preparação da revolução faz dele, ao mesmo tempo, e com a mesma intensidade, produtor e produto, pressuposto e resultado dos movimentos revolucionários de massa”. O partido, em Lenin, tem um caráter profundamente histórico-social: “Ele não é, mas vem a ser” no próprio processo revolucionário para o qual deve estar preparado para dirigir.

Os capítulos quatro e cinco são dedicados a mostrar as teses fundamentais de Lenin. Sua formulação da fase imperialista do capitalismo e sua teoria política acerca da natureza do Estado e da revolução estão entre os pontos mais altos de seu pensamento. Lukács as entrelaça ao movimento revolucionário, como de fato se deu na elaboração leninista sobre a natureza da “guerra imperialista” e de sua necessária superação revolucionária como “guerra civil”. A sintética observação de Lukács deixa claro o significado desta superação em Lenin: “A questão que a situação histórica impõe ao proletariado é não a escolha entre a guerra e a paz, mas entre a guerra imperialista e a guerra contra essa guerra: a guerra civil”.

Por ter enlaçado a análise teórica à práxis política revolucionária, Lenin foi capaz de pensar o imperialismo e todas as suas consequências econômicas, políticas e sociais. Ele viu a política colonialista, a guerra interimperialista dela decorrente, a exportação de capitais, o domínio da oligarquia financeira, o papel dos Estados para os monopólios, a expansão da indústria bélica – para além de uma tendência economicista, a qual transparecia nas brilhantes análises dos que o precederam. Rosa Luxemburgo é um exemplo, diz Lukács: ainda que tenha nos deixado uma teoria de “toda uma época” – uma teoria do

“imperialismo moderno em geral” –, ela não estabeleceu uma “ponte entre essa teoria e as exigências concretas do presente”.

“A teoria do imperialismo de Lenin é menos uma teoria a respeito de seu surgimento economicamente necessário e de seus limites econômicos – como a de Rosa Luxemburgo – do que uma teoria das forças concretas de classe que o imperialismo desencadeia e que atuam em seu interior – “é a teoria da situação mundial concreta provocada pelo imperialismo”.

A relação do capitalismo monopolista com os Estados burgueses imperialistas como um traço indelével da nova fase da sociedade do capital e sua articulação com a atualidade da revolução proletária aparece bem caracterizada por Lukács. Ele mostra como Lenin considerava, a partir do combate a todo tipo de oportunismo

Lenin foi capaz de pensar o imperialismo e suas consequências econômicas, políticas e sociais

(de direita e de esquerda), os limites da social-democracia e de sua posição em relação à época imperialista. O dirigente bolchevique entendia que as vacilações social-democratas, inclusive na questão de seu posicionamento em face da guerra imperialista, deveriam ser compreendidas a partir da história do movimento operário, na qual se identificariam as origens da involução ideológica social-democrata para além de avaliações morais que se faziam sobre ela.

O aprofundamento das contradições interimperialistas, o avanço das posições “revisionistas” e dos “oportunistas” exigiram a construção de um organismo internacional que envolvesse a luta geral dos comunistas numa só luta contra o imperialismo e pela revolução proletária. Afirmo o marxista húngaro: “Reconhecer o oportunismo como

corrente significa denunciá-lo como o inimigo da classe do proletariado em seu próprio campo. [...] E como se trata aqui da luta de toda a classe contra a burguesia mundial, depreende-se dessa luta contra o oportunismo, como consequência necessária, a criação de uma nova Internacional proletário-revolucionária”. A necessidade da criação da Terceira Internacional capaz de superar os limites da falida Segunda Internacional teve em Lenin a sua mais enfática defesa.

Lenin foi o mais admirado teórico e dirigente revolucionário após Marx. Como dirigente político, foi até mesmo maior que o alemão. Prova disso são suas elaborações para as variadas frentes nas quais atuou com combate teórico e político, suas análises do papel dos soviets, dos conselhos de trabalhadores surgidos na revolução de 1905, dos limites da democracia burguesa, do caráter e da natureza do Estado proletário, das condições para a tomada do poder estatal, das tarefas do proletariado na revolução após 1917, como o problema do “comunismo de guerra”.

O arguto sentido prático-político do pensamento de Lenin fez com que os seus adversários – e também alguns de seus admiradores – tentassem reduzir a sua figura à de um político sagaz, limitado à *realpolitik*. Como conclui Lukács no último capítulo de seu livro: “Lenin deve ser estudado pelos comunistas tal como Marx foi estudado por Lenin. Para aprender a operar o método dialético. Para aprender a encontrar o geral no particular por meio da análise concreta da situação concreta; a encontrar, no novo momento de uma situação, aquilo que o liga ao processo anterior e, nas leis gerais do processo histórico, o elemento novo que nunca cessa de surgir; a encontrar a parte no todo e o todo na parte”. Por isso, a melhor lição que leitor poderá extrair do livro do marxista húngaro é a mesma: Lukács deve ser lido tal como o marxista húngaro leu Lenin. ■

* Professor adjunto e vice-diretor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; é também professor da Escola Nacional Florestan Fernandes. Publicou recentemente *Partido e revolução: 1848-1989* (São Paulo, Expressão Popular, 2011).

LANÇAMENTO

A OUTRA TESE DO MENSALÃO

SAIBA O QUE DE FATO ACONTECEU NO ESCÂNDALO QUE ENVOLVEU ROBERTO JEFFERSON, JOSÉ DIRCEU, DELÚBIO SOARES E MARCOS VALÉRIO!

OS FATOS QUE COMPROVARIAM DE QUE SE TRATA DO “MAIOR CRIME DA HISTÓRIA DA REPÚBLICA” NÃO ESTÃO NOS AUTOS DO PROCESSO EM JULGAMENTO PELO STF



ADQUIRA O SEU EXEMPLAR DO LIVRO EM WWW.RETRATODOBRASIL.COM.BR

As chuvas estão chegando.

É hora de tomar atitudes para evitar acidentes, quedas de energia e alagamentos.

Telhado

Para evitar acidentes, conserte as falhas no telhado e reforce a fixação.

Calhas

Limpe as calhas para evitar infiltração, curto circuito e inundações.

Elétrica

Faça a revisão da fiação elétrica e evite a queda de energia.

Lixo

Não acumule entulho e nem lixo nas ruas para evitar inundações.

Árvores

Avise a Administração da sua cidade para podar ou cortar árvores em risco de queda.

Se tiver alguma dúvida, entre em contato com a Administração da sua cidade.

Secretaria da Defesa Civil

